



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

**O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL ANGOLANA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DO USO DAS FORMAS
PRONOMINAIS *NÓS* E A *GENTE***

Este trabalho foi desenvolvido com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Feira de Santana-BA
2022

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

**O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL ANGOLANA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DO USO DAS FORMAS
PRONOMINAIS *NÓS* E *A GENTE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo

Feira de Santana-BA
2022

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

K57p Kialanda, Kialunda Sozinho
O português como língua nacional angolana: uma análise a partir da investigação do uso das formas pronominais *nós* e a *gente* / Kialunda Sozinho Kialanda. – 2023.
94f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2023.

1. Português angolano. 2. Língua nacional. 3. Identidade linguística.
4. Uso pronominal. I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 806.90

TERMO DE APROVAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

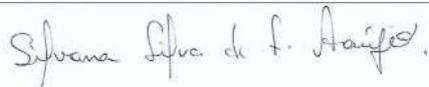
**O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL ANGOLANA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DO USO VARIÁVEL DAS FORMAS
PRONOMINAIS *NÓS* E A *GENTE***

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

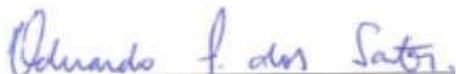
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Feira de Santana-Ba, 28/03/2023

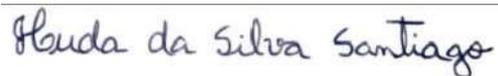
EXAMINADORES



Professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (orientadora)



Professor Dr. Eduardo Ferreira dos Santos (membro externo)



Professora Dra. Huda da Silva Santiago (membro interno)

À Vanessa, minha esposa

(pelo amor).

À Zaya Germana, minha filha (nossa estrela)
pela alegria e felicidade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, a quem agradecemos enormemente. Sem o auxílio financeiro, este trabalho não seria possível, visto que a condição de estrangeiro nos exige o que, muitas vezes, só podemos oferecer mediante suporte institucional e acolhimento fraterno. Por isso, sou grato e até aqui fiz o melhor que pude.

Agradeço a Nzambi, aos meus ancestrais, a Deus, todo poderoso, as Deusas e aos Orixás pela graça da vida e por ter me dado força e energia para a realização deste trabalho;

A minha família, pelo apoio incondicional, pela força e a garra que tem me dado ao longo destes anos todos da minha formação e por terem suportado toda essa questão de saudades e da distância;

A minha segunda família, a família de Oliveira, agradeço pelo acolhimento, pelo carinho e pelo amor que me foi dado e por terem me aceitado como mais um membro e permitir fazer parte da vossa família;

A minha orientadora, professora Silvana Araújo, pela orientação e pelo caminhar comigo nesta jornada;

Aos meus pais (*in memoria*) pelos ensinamentos, pela educação e pela formação dada, o vosso filho agora é mestre. É significativo chegar a esse nível na academia, mas considero que a base foi o que recebi de vocês e as aprendizagens que muitas vezes este espaço desconsidera;

As minhas manas, a Hortência e a Irene, pelo apoio incondicional e o incentivo de sempre, pela força e pela motivação que me deram desde o princípio, esse trabalho é fruto de vosso incentivo e por isso, é também vosso.

A minha família (comunidade) angolana na diáspora (Brasil), em especial a casa da mãe (São Francisco do Conde-BA).

Aos meus professores e professoras do Mestrado, em especial a professora Huda Santiago;

A Emily Sampaio, pela parceria, pelo companheirismo, pela amizade ao longo deste ciclo que se fecha, no qual certamente depositamos esperança de portas abertas e oportunidades felizes.

Desejo que o mestrado, além acrescer a nossa formação, nos qualifique em coragem e compromisso com o bem fazer profissional desta etapa/período todo do mestrado.

Aos colegas e à turma de Mestrado e Doutorado, pelas trocas, pelo convívio, e o suporte coletivo, muitas vezes, partilhado em meio às angústias de um período pandêmico em que fomos limitados à experiência do universo virtual e seguimos estudando cheios de incertezas, mas também de força. Em particular, aos colegas Jean, Jocimar, Manoel.

A todos que me apoiaram de forma direta e indireta, os meus agradecimentos por tudo.

RESUMO

Neste trabalho, trazemos à discussão a necessidade de se considerar a língua portuguesa para além de língua oficial e discuti-la como uma parte da identidade linguística e cultural dos angolanos ao lado das demais línguas consideradas nacionais. Tratamos aqui, com atenção, do português de Angola, compreendido enquanto variedade legítima, entretanto marginalizada, nas instâncias e nos registros que oficializam a língua, conferindo prestígio ao padrão normativo. Trata-se de um estudo com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, tendo como objetivo central discutir a identidade sociolinguística do português em Angola, a partir do uso pronominal no português falado de Luanda. A perspectiva de análise adota a abordagem qualitativa e quantitativa em pesquisa e, em termos procedimentais, os dados da análise foram levantados em amostra de *corpora* do português falado em Luanda, extraídos no âmbito do projeto de pesquisa *Em busca das raízes do português brasileiro*, que se encontra na sua terceira fase. A partir das análises, no que diz respeito ao quadro pronominal, a intenção inicial era investigar a flexão de caso pronominal, mas foi identificada, principalmente, a alternância de uso no que concerne ao uso das formas “nós” e “a gente”, razão pela qual, esse foi o fenômeno linguístico escolhido para a realização desta pesquisa. Dessa maneira, os resultados mostram que, quanto ao uso de “nós” e “a gente”, Angola apresenta um comportamento peculiar, apresentando diferenças quantitativas em relação ao português brasileiro e ao português europeu, mas apresenta similaridades à variedade brasileira em relação a outros fenômenos do quadro pronominal. Compreendemos, assim, esses dados como traços peculiares da norma angolana, que tem se distanciado da norma-padrão europeia que ainda é ensinada nas escolas desse país.

Palavras-chaves: Português Angolano; Língua Nacional; Identidade Linguística; Uso Pronominal.

ABSTRACT

In this work, we discuss the need to consider the Portuguese language beyond the official language and discuss it as a part of the linguistic and cultural identity of Angolans alongside other languages considered national. We deal here with attention with the Portuguese of Angola, understood as a legitimate variety, however marginalized, in the instances and in the registers that make the language official, conferring prestige to the normative standard. This is a study based on the theoretical-methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics, with the main objective of discussing the sociolinguistic identity of Portuguese in Angola, based on the pronominal use in Portuguese spoken in Luanda. The perspective of analysis adopts a qualitative and quantitative approach in research and, in procedural terms, the data of the analysis were raised in a corpora sample of the Portuguese spoken in Luanda, extracted in the scope of the research project, In search of the roots of Brazilian Portuguese, which is in its third phase. From the analyses, with regard to the pronominal framework, the initial intention was to investigate the inflection of the pronominal case, but it was identified, mainly, the alternation of use with regard to the use of the forms "us" and "we", reason why this was the linguistic phenomenon chosen for this research. In this way, the results show that, regarding the use of "nós" and "a gente", Angola presents a peculiar behavior, presenting quantitative differences in relation to Brazilian Portuguese and European Portuguese, but presents similarities to the Brazilian variety in relation to other languages. phenomena of the pronominal frame. We therefore understand these data as peculiar features of the Angolan norm, which has distanced itself from the European standard norm that is still taught in schools in that country.

Keywords: Angolan Portuguese; National Language; Linguistic Identity; Pronominal Use.

NA MOKUSE¹

Na mosala oyo, tolobeli bosenga ya kotalela monoko ya portugais koleka monoko ya leta mpe kolobela yango lokola eteni ya bomoto ya nkota mpe ya mimeseno ya bato ya Angola pembeni ya minoko misusu oyo etalelami lokola ya ekolo. Tozali kosala awa na bokebi na Portugais ya Angola, oyo esosolami lokola lolenge oyo ebongi, ata kutu bazali koboya kotalela yango, na bato ba pesamela ndingisa yako komisaka yango monoko ya Leta, esika ya kopesa lokumu na lolenge ya kolobela ya poto. Oyo ezali boyekoli oyo esalemi na ba suppositions théorique-méthodologiques ya Sociolinguistique Variationniste, na tina monene ya kolobela identité sociolinguistique ya portugais na Angola, oyo esalemi na usage pronominal na portugais oyo balobaka na Luanda. Perspective ya analyse e adopter approche qualitative pe quantitative na recherche pe, na termes procéduraux, ba données ya Analyse etombolamaki na échantillon corpora ya portugais oyo balobaka na Luanda, extrait na portée ya projet ya recherche En recherche ya misisa ya portugais ya Brésil, oyo ezali na eteni na yango ya misato. Na kotalaka ba analyses, na oyo etali cadre pronominal, intention ya liboso ezalaki ya ko enquêter inflexion ya cas pronominal, kasi alternance ya usage e identifier mingi mingi na oyo etali usage ya ba formes « biso » na « biso », raison mpo na nini yango ezalaki phénomène linguistique oyo eponami mpo na bolukiluki oyo. Na ndenge wana, ba résultats ezo lakisa que, na oyo etali usage ya « nós » na « a gente », Angola ezo présenter comportement particulier, ezo présenter ba différences quantitatives par rapport na portugais brésilien na portugais européen, mais ezo présenter ba similarités na variété brésilienne par rapport na minoko misusu.ba phénomènes ya cadre pronominal. Na yango to comprendre ba données wana lokola ba caractéristiques particulières ya norme angolaine, oyo e se distancer na norme standard européenne oyo ezali kaka koteyama na ba écoles ya mboka wana.

Maloba ya ntina: Portugais ya Angola; Monoko ya Ekolo; Bomoto ya nkota; Kosalela nkombo ya nkombo.

¹ Significa “Resumo” na Língua Lingala é falado como primeira, segunda e terceira língua principalmente na República Democrática do Congo (RDC), a República do Congo (Congo-Brazzaville), e em partes de cinco Estados vizinhos da África Central: Noroeste de Angola, leste do Gabão, sul da República Centro-Africana e sudoeste do Sudão. (*National African Language Resource Center (NALRC)*).

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> no português popular rural de Portugal	64
Tabela 02	Uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> na fala popular brasileira	65
Tabela 03	Uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> em diferentes contextos sintáticos na fala portuguesa rural	65
Tabela 04	Distribuição geral dos resultados de dados de fala do português falado em Luanda	69
Tabela 05	Quadro comparativo do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> nas três variedades do português	72
Tabela 06	O uso da forma <i>a gente</i> na função de sujeito no português falado em Luanda segundo a variável Paralelismo Formal	75
Tabela 07	O uso da forma <i>a gente</i> na função de sujeito no português em Luanda segundo a variável faixa etária do participante da pesquisa	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentagem da população segundo a língua mais falada em casa Uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> no português popular rural de Portugal	40
Gráfico 2	Distribuição geral dos resultados de dados de fala do português falado em Luanda	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Flexão de caso dos pronomes na norma padrão do português	17
Quadro 02-	Flexão de caso dos pronomes pessoais da norma culta brasileira	18
Quadro 03-	Os pronomes pessoais no português afro-brasileiro	18
Quadro 04-	Quadro pronominal do português angolano caso reto	60
Quadro 05-	Apresentação do preenchimento das cédulas do corpus analisado	67
Quadro 06-	Variáveis linguísticas utilizadas na análise sociolinguística no português Luandense	68
Quadro 07-	Variáveis selecionadas como relevantes para aplicação da regra de uso pronominal <i>a gente</i> na função de sujeito no português falado em Luanda	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRA	Constituição da República de Angola
DID	Diálogo entre informante e Documentador
LN	Língua Nacional
LNOA	Línguas Nacionais de Origem Africanas
NELP	Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa
NURC	Estudo da Norma Urbana Culta
PA	Português de Angola
PANG	Português angolano
PE	Português Europeu
PM	Português de Moçambique
PLB	Português do Libolo
RDC	República Democrática do Congo
U E F S	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGUÍSTICAS SOBRE O PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA	25
2.1	O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS ANGOLANO	30
2.1.1	QUESTÕES LINGUÍSTICAS, IDENTIDADE E PLURALIDADE	36
2.1.2	AFINAL, QUE NACIONALIDADE, E POR QUE DEFENDÊ-LA?	40
2.1.3	NORMA PADRÃO E NORMA CULTA DO PORTUGUÊS ANGOLANO	42
3	DIVERSIDADE E CONTATO LINGUÍSTICO: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS ANGOLANO	48
3.1	SOBRE CULTURA, IDENTIDADE LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS ANGOLANO: UMA VARIEDADE A SER RECONHECIDA	50
4	QUADRO PRONOMINAL NA LÍNGUA PORTUGUESA	56
4.1	A VARIAÇÃO <i>NÓS</i> E A <i>GENTE</i>	62
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O USO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS ANGOLANO	66
5.1	PERCURSO METODOLÓGICO	66
5.1.1	RESULTADOS GERAIS	75
5.1.2	VARIÁVEIS SELECIONADAS	75
6	CONCLUSÕES	79
	REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

Em Angola, há cerca de 48 línguas faladas no seu território, de acordo com os levantamentos apresentados em *Ethnologue* (2021)², sendo a maioria delas do grupo linguístico bantu. A língua portuguesa é a língua oficial do país segundo a Constituição de 2010, em seu artigo 19º. Como podemos observar no trecho abaixo:

Artigo 19º

(Línguas)

1. A língua oficial da república de Angola é o português.

2. O estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.
(ANGOLA, 2010)

Essa diversidade linguística em Angola, acentuada pelo grupo linguístico bantu, caracteriza as relações entre etnia, língua e cultura, que formam grupos etnolinguísticos complexos e isso faz com que o cenário sociolinguístico angolano mereça espaço de debate e de pesquisa linguística.

A presente pesquisa tem como tema a investigação do português como língua nacional em Angola, fazendo uma análise descritivo-interpretativa da variação nos pronomes “nós” e “a gente”, a fim de verificar se o português falado em Angola já possui ou não a sua conformação enquanto língua nacional. Trata-se de um estudo com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista.

A partir de uma leitura prévia de textos oficiais, como a Constituição da República de Angola e do Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais, notamos que os documentos legitimam o português como única língua oficial e o coloca à parte das demais línguas nacionais. Identificamos, ainda, incongruências, expropriações e dificuldades no tocante à definição, no emaranhado dos estatutos atribuídos às línguas, protagonizados pelo Estado, a exemplo do fato apresentado no seu artigo 2º, no tocante às definições e às classificações das línguas do Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais de Angola, (Angola, Cap. I, art. 2º):

para efeitos do presente diploma, as palavras e as expressões usadas têm o seguinte significado: a. Língua Nacional: a que pertence ao património cultural de uma comunidade habitando um mesmo espaço geográfico, partilhada ou não com uma comunidade transnacional, qualquer que seja a sua influência geográfica ou sociológica

² Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/country/AO/languages>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

b. Língua Oficial: a língua à qual é conferido o privilégio de utilização no quadro das atividades oficiais, sendo utilizada necessária e obrigatoriamente em todos os órgãos do estado e pelas entidades privadas. c. Língua Materna: aquela língua nacional ou portuguesa que o indivíduo aprende em primeira instância de vida.

Na seção 2 deste trabalho, abordarmos mais profundamente sobre o artigo 2º do Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais de Angola. Ademais, os textos oficiais mencionados anteriormente, (Constituição da República de Angola e do Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais) além disso, continuam a reforçar hierarquias, constituídas por meio do caráter hegemônico apreciado na determinação da língua oficial em relação às chamadas línguas nacionais, tal qual, destas em relação à variedade angolana do português.

Diante de tais fatos, algumas questões evidenciam a intensidade da tarefa reflexiva a que nos propomos; as adotamos como ponto de partida para avultar demandas fundamentais imbricadas na emergência do debate. Afinal, sobre que língua se estar a ponderar, a partir dessas conjeturas, quais considerações são sustentadas pela prática discursiva do Estado e dos seus agentes (Ministério da Educação e Cultura, por exemplo), e que impactos socioculturais e políticos se seguiram às possíveis reelaborações?

Nesse sentido, ao considerar os achados iniciais, como o caso da análise da Constituição do país, do Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais e dos estudos de Mingas (2000), Miguel (2003), Zau (2011), Figueiredo e Oliveira (2013), Miguel (2019), Araújo e Silva (2020), que têm abordado sobre os aspectos que discutem sobre a formação da identidade linguística do português falado em Angola, relacionando-os à sócio-história angolana, pretendemos ampliar as fontes na busca da identificação das marcas linguísticas de uma “angolanidade” do português em Angola, detendo-nos na variação “nós” e “a gente”.

Tendo como objeto de análise a variação nas formas pronominais “nós” e “a gente”, na função de sujeito, fizemos as seguintes perguntas em nossa investigação: quais fatores linguísticos e sociais condicionam as realizações pronominais no português angolano? Quais as características que marcam a identidade do português angolano? No que diz respeito à flexão de caso – que também foi alvo de estudos nesta dissertação –, considerando estudos já realizados (MENDES, 2009, 2016; LUCCHESI; MENDES, 2009; ALMEIDA, 2014), entende-se toda e qualquer alteração na desinência de um nome de modo a expressar a função sintática que exerce na oração por flexão de caso. Nesse sentido, embora esse fenômeno linguístico não tenha sido o foco principal da investigação linguística deste trabalho, resolvemos analisá-lo sociolinguisticamente para verificar se, em relação a esse fato da língua, há traços de angolanidade.

No que concerne à flexão de caso dos pronomes pessoais, Lucchesi e Mendes (2009, p. 475) indicam-nos o modo como as gramáticas normativas assumem uma distinção pautada

“entre as formas de **caso reto**, que desempenham a função de sujeito e as formas do **caso oblíquo**, que desempenham as funções de complementos verbais e nominais e de adjuntos adverbiais”.

A título de exemplificação, trazemos quadros que retratam o fenômeno de flexão de caso dos pronomes, que foi o objeto de estudo inicial deste trabalho, desde a norma-padrão do português à norma-popular brasileira, passando pela norma-culta brasileira. Para assim então, demonstrar o fenômeno “nós” e “a gente” abordado nesta pesquisa nos quadros apresentado.

Quadro 01: Flexão de caso dos pronomes na norma-padrão do português

PESSOA DO DISCURSO	CASO			
	reto	oblíquo átono	oblíquo tônico	contrações
1ª pessoa do singular	<i>eu</i>	<i>me</i>	<i>mim</i>	<i>comigo</i>
2ª pessoa do singular	<i>tu</i>	<i>te</i>	<i>ti</i>	<i>contigo</i>
3ª pessoa do singular	<i>ele/ela</i>	<i>a/o, lhe, se</i>	<i>ele/ela, si</i>	<i>consigo</i>
1ª pessoa do plural	<i>nós</i>	<i>nos</i>	<i>nós</i>	<i>conosco</i>
2ª pessoa do plural	<i>vós</i>	<i>vos</i>	<i>vós</i>	<i>convosco</i>
3ª pessoa do plural	<i>eles/elas</i>	<i>os/as, lhes, se</i>	<i>eles/elas, si</i>	<i>consigo</i>

Fonte: Bechara (2014, p. 47)

A seguir, temos o quadro 2 sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais na norma culta brasileira.

Quadro 02: Flexão de caso dos pronomes pessoais da norma culta brasileira

PESSOA DO DISCURSO	FUNÇÃO SINTÁTICA		
	sujeito	OD / OI	complemento oblíquo/ adjunto adverbial
1ª pessoa do singular	<i>eu</i>	<i>me</i>	<i>mim, comigo</i>
2ª pessoa do singular	<i>ocê</i>	<i>ocê ~ te ~ lhe / se</i>	<i>ocê, contigo</i>
3ª pessoa do singular	<i>ele/ela</i>	<i>ele/ela ~ o/a ~ lhe / se</i>	<i>ele/ela</i>
1ª pessoa do plural	<i>a gente ~ nós</i>	<i>a gente ~ nos</i>	<i>a gente ~ nós, conosco</i>
2ª pessoa do plural	<i>ocês</i>	<i>ocês ~ lhes / se</i>	<i>ocês</i>
3ª pessoa do plural	<i>eles/elas</i>	<i>eles/elas ~ os/as ~ lhes / se</i>	<i>eles/elas, si</i>

Fonte: Lucchesi e Mendes (2009, p. 475)

No que concerne aos pronomes pessoais falados no português afro-brasileiro, que pode ser entendido, em linhas gerais, como o uso típico da norma popular do português brasileiro, podemos averiguar um uso bem diversificado, conforme o Quadro 03, a seguir:

Quadro 03: Os pronomes pessoais no português afro-brasileiro

PESSOA DO DISCURSO	FUNÇÃO SINTÁTICA			
	sujeito	OD	OI	complemento oblíquo/ adjunto adverbial
1ª pess. sing.	<i>eu</i>	<i>me ~ eu</i>	<i>me ~ para mim</i>	<i>de/ni/pra mim ~ de/ni eu ~ comigo ~ mais eu</i>
2ª pess. sing.	<i>ocê ~ tu</i>	<i>te ~ lhe ~ você ~ tu</i>	<i>te ~ lhe ~ a você</i>	<i>pra/com/de você ~ com tu</i>
3ª pess. sing.	<i>ele/a</i>	<i>ele/a</i>	<i>(pra) ele/a</i>	<i>de/pra/ni/com ~ mais ele/a</i>
1ª pessoa pl.	<i>nós ~ a gente</i>	<i>a gente ~ nós</i>	<i>pra/a a gente ~ nós</i>	<i>pra/de/com ~ mais a gente ~ nós</i>
2ª pessoa pl.	<i>ocês</i>	<i>ocês</i>	<i>pra ocês</i>	<i>pra/mais ocês</i>
3ª pessoa pl.	<i>eles/as</i>	<i>elas/eles</i>	<i>pra(a) eles</i>	<i>de/ni/pra/com ~ mais eles/as</i>

Fonte: Lucchesi e Mendes (2009, p. 48)

Os quadros acima apresentados, nos servem para ilustrar como se comporta a variação nas formas de uso pronominais “nós” e “a gente” na norma-padrão do português, norma culta brasileira e no português afro-brasileiro. Dessa forma, podemos observar que os pronomes “nós” e “a gente” não aparecem no primeiro quadro, da norma-padrão do português, entretanto, ela se faz presente na norma culta brasileira como função sintática do sujeito, objeto direto e

indireto e como complemento oblíquo/adjunto adverbial e por último, aparecem no português afro-brasileiro, na função sintática de sujeito, objeto e indireto.

Neste trabalho, como já exposto, procuramos trazer à discussão a necessidade de se considerar a língua portuguesa em Angola, para além de língua oficial e discuti-la como uma parte da identidade linguística e cultural dos angolanos ao lado das demais línguas consideradas nacionais. Para alcançar esse objetivo, analisaremos esse aspecto da alternância “nós” e “a gente” no português falado em Luanda, compreendido enquanto variedade legítima, entretanto marginalizada nas instâncias e nos registros que oficializam a língua, conferindo prestígio ao padrão normativo oficial-ideal, não real. Demonstrando, então assim, a existência de uma Angola oficial, e no entanto, de uma Angola real, ao mesmo tempo que existe uma língua oficial e a outra língua real.

O contexto diverso e multifacetado perfilha a realidade linguística muito antes de Angola alçar-se à condição de república independente; conquanto o sentimento de unidade buscado a partir da obrigatoriedade de uma língua instituída como oficial, mas que se mantém distante do uso tanto da norma culta quanto popular que é praticada pela sociedade angolana. Há uma norma específica do português angolano, em função disso, os angolanos já, inclusive, usam e possuem uma norma culta angolana do português, como apontam os resultados dos estudos de Undolo (2014), algo que coaduna com um projeto de nação e desenvolvimento que se pretenda inclusivo a considerar seu povo, seus saberes, suas marcas. Assim sendo, o que, sobretudo, nos municia para justificar a relevância desta pesquisa é a realidade de vivências da população, cuja maioria alocada entre áreas suburbanas e rurais não se revê e não se sente representada a norma-padrão vigente no país, figurando está como fator, incontestemente, de desigualdades e exclusões. É evidente que, o que não coaduna com um projeto de nação, é a não consideração dessa norma angolana do português. Ousamos dizer que a realidade socioeconômica e política, as relações assimétricas de poder e acessibilidade constituem um aparo entre os que imaginam que dominam a norma padrão (pois, a norma-padrão, ela é imaginária, é abstrata, idealizada, dessa forma, um sonho não realizado, ninguém alcança ela, logo, não é algo de concreto, como apontam, (Dante, (2002), Bagno, (2003), Faraco, (2008), Faraco e Zilles, (2017)) e os que estão marginalizados e excluídos a partir dela.

Não podíamos de estar de acordo com Faraco (2008), quando ele diz que:

Continuamos uma sociedade perdida em confusão em matéria de língua: temos dificuldades para reconhecer nossa cara linguística, para delimitar nossa(s) norma(s) culta(s) efetiva(s) e, por consequência, para dar referências consistentes e seguras aos falantes em geral e ao ensino de português em particular

A acentuação das desigualdades por meio da língua, então, acaba por conduzir continuidades históricas negativas, uma vez reconhecida a relação deste panorama com resultantes, como o chamado fracasso escolar e suas nuances: dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da língua, altas taxas de analfabetismo, bem como os índices de reprovação em massa e baixos de níveis de escolaridade.

Não obstante, tais condicionantes nos apresentem bases para entendermos a língua como estruturante da realidade, para além do âmbito linguístico em si, a análise que nos interessa nos põe justamente, a partir do campo linguístico para compreender a (s) política (s) atreladas a estas configurações, consubstanciada (s) nas práticas (propostas) e discursos que lhes permitem manutenção.

Ao que tudo indica, não existe nenhum processo de nacionalização ou implementação dessa variedade da língua portuguesa em Angola em vias de feitura por parte do poder público. Na verdade, essa implementação (começar de baixo, política linguística a partir de estudos que vem da academia) vai acontecer em colaboração conjunta com pesquisadores, estudiosos, falantes, a sociedade civil, e, desta forma, forçando assim, como resultado o poder público, entidade responsável pelas políticas públicas, educacionais e linguísticas de um país, a implementação dessa variedade em Angola.

A literatura especializada detém muitos dos trabalhos/pesquisas que abordam sobre o português de/em Angola, se debruçam apenas na comparação do português europeu e o português angolano, que nos suscita um questionamento: será que em essas pesquisas, nós não endeusamos demais essa variedade europeia? É necessário sempre fazer essas comparações? Ocorrem sempre de comparar a norma-padrão angolana como se fosse a norma do português europeu, será de fato a norma europeia é a norma-padrão angolana?

Sobre tais questões, procuraremos fomentar uma discussão sobre as características de unificação que permeiam o discurso sobre normas (norma-padrão, norma culta e norma popular), variedades, e normatização, nativização, e, tentar problematizar a resistência dos estudos em desconstruir tal discurso.

É válido afirmar que, na era colonial com a educação europeia, que era implementada nesta época, predominou a matriz europeia, com função colonizadora. Nesse contexto, o que devemos nos questionar é, em virtude dos fatos mencionados, depois de ter passado este período colonial, estando nós agora no período pós-colonial, pós-independência, será mesmo que a norma do português falado em Angola ainda continua a ser a norma europeia? Acreditamos

que, certamente, no contexto atual, já não se trata mais de uma norma europeia, muito pelo contrário, trata-se de uma norma específica, própria dos angolanos, pois, não há nenhum falante do português em Angola, que use justamente a norma europeia. Como ressalta o Miguel (2021-página da internet) “é ilusório estarmos a pensar que as camadas cultas de Angola falam o português de Portugal (PE), fala-se variedade do português culto de Angola tendencialmente próximo do PE”.

Há de se considerar que Angola é um país novo em comparação com outras sociedades/realidades/países, e, conseqüentemente, a academia no país também é recente. Por este motivo, e, por conseqüência de nossos estudos serem recentes, há a tendência de desenvolver pesquisas em que há comparações entre a variedade de português falada em Angola e o padrão europeu.

Sabe-se, que existe ainda essa lacuna nos últimos tempos, de acordo com a literatura existente, em algumas das pesquisas feitas em relação a essas duas variedades em particular. Em função disso, estudos querendo sempre tendenciar ou polarizar, comparar Angola com Portugal, e, por sua vez, o português europeu (norma europeia) com o português angolano (norma culta angolana). Precisamos ter um olhar diferente e apurado quanto aos fenômenos linguísticos, da variedade linguística e da norma angolana do português, considerando sua identidade própria, uma vez que, ao não fazermos estas reflexões em nossas pesquisas e trabalhos futuros, acabamos assim, por ignorar, desprestigiar, ao mesmo tempo desvalorizando e sendo desonestos intelectualmente com os trabalhos que já foram feitos e vem sendo feitos antes de nós, como as pesquisas das/os pioneiras/os linguistas angolanas/os, como Amélia Mingas, Helena Miguel, entre outros, só para citar apenas os principais. Acreditamos, que não devemos, não é prudente, e, não seria mais necessário insistir na defesa categórica da norma-padrão angolana ser a norma europeia do português, até porque, pelo contrário, de acordo com os autores supracitados (Dante, (2002), Bagno, (2003), Faraco, (2008), Faraco e Zilles, (2017)), que se debruçam sobre essa temática, ficou e deixam claro e bem patente, que a norma-padrão é artificialmente fixada.

Em princípio, devemos nos fazer a seguinte questão, o português angolano diferencia-se, aproxima-se de qual português? Do PE (português europeu) atual ou do português que chegou em Angola nos séculos XV e XX? De qual português mesmo estamos nos referindo? Para um melhor enfrentamento a essas questões, é importante considerar os trabalhos mais recentes, no âmbito da Sociolinguística Histórica e da Linguística Histórica, de modo mais geral (CASTRO, (1991), LUCCHESI, (1998), FARACO, (2005), SOUSA, (2006), MATTOS, (2008),) pois ao ter por foco a história e a historiografia da língua, esses campos permitem

novas compreensões para o processo de variação e mudança, de forma particular, da língua portuguesa, no caso aqui do português angolano concretamente. Nessa perspectiva, “ao falarmos da variedade do português de Angola, estamos admitir assim, um certo estado evolutivo do português vindo de Portugal para a Angola, e assumindo pelos angolanos, que hoje ganha uma dimensão específica em função da nossa própria realidade”. Miguel (2021- página da internet), existe uma realidade angolana que precisa ser discutida, observada, analisada, logo, pesquisada a partir do seu chão.

A explicação de Mattos e Silva ajuda-nos a entender melhor essa área e essa discussão:

O campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 8)

Quem corrobora com a nossa tese é o linguista angolano Miguel (2021- página da internet), o pesquisador aponta que é necessário olhar na perspectiva da linguística histórica e a história da língua para assim então, compreender a história e a realidade de Angola e do português angolano.

Compreender sobre a sócio-história linguística nos ajuda a refletir a respeito de nossa diversidade linguística, a realidade linguística angolana, para assim então, fazemos a descolonização linguística efetiva. Dessa maneira, estaríamos fazendo assim, um verdadeiro reconhecimento do pluralismo cultural e linguístico existente no país, assim como foi muito bem demonstrado pelas/os pioneiras/os da linguística em Angola.

Com este trabalho, trazemos uma possibilidade, que assume, ainda que modestamente, o desafio de ampliar as discussões acerca dessa temática, na medida em que amplia também o repertório de colaboração em favor do estatuto de nacionalidade da língua em questão. Demarcamos, assim, sua relevância acadêmica, e adiantamo-nos em afirmar sua relevância no âmbito social, haja vista que fora desta consideração, ou seja, sem tornar-se uma língua nacional não se seguem aos processos subsequentes e imprescindíveis à regulamentação como língua nacional angolana.

Até que sejam dicionarizadas e oficialmente conferidas regras gramaticais, à vista de suas particularidades, a variedade linguística falada segue tratada como desvio da norma-padrão, a qual é confiada o prestígio oficial. Imaginar outro cenário para Angola e para os angolanos, em que a língua e sua face com o poder conduzam, por exemplo, a descobrir quais são as marcas linguísticas da “angolanidade” do português pode ajudar a criar materiais

didáticos mais ajustáveis à realidade linguística de Angola. E isso, é demonstrado nos estudos de Balsalobre e Kanusse (2020), onde os autores fazem uma análise crítica acerca do ensino de língua portuguesa em Angola, mais concretamente, sobre a norma linguística usada nos livros didáticos de Angola, no que concerne ao ensino e à aprendizagem da língua portuguesa.

As melhorias na qualidade de ensino, a valorização identitária e a transformação da conjuntura de assimetrias mencionadas, nos motiva. Em que pese a complexidade do objeto abarcado, reconhecermos a possibilidade de efetivas contribuições nessas frentes, não apenas justificando a relevância deste estudo, mas nos comprometendo ainda mais com a sua realização.

Frente ao exposto, cabe-nos dizer que, é possível destacar, que a presente dissertação, nasce do fruto de trabalho de monografia na graduação, com o tema *o português de angola como língua nacional: breves considerações sintáticas*, por sua vez, essa pesquisa surgiu como continuidade do trabalho anterior, e, faz-se necessário, também, ressaltamos ainda que, devemos ter em conta o contexto e as circunstâncias, o período, em que esta pesquisa foi realizada. Estamos falando concretamente da pandemia que assolou o mundo em 2020. (período da pandemia do coronavírus COVID-19). A pesquisa vem acrescentar uma nova dimensão a essa temática, colaborando assim, para a configuração de políticas de ensino mais ajustáveis à realidade linguística angolana em um futuro próximo.

Essa dissertação está estruturada em seis capítulos além desse capítulo introdutório, assim distribuídas: no capítulo I, apresentamos o tema da pesquisa investigada nessa dissertação, o português como língua nacional angolana: a partir de uma análise do uso varável das formas pronominais “nós” e “a gente”. Trouxemos, também, a Constituição da República de Angola e o Projeto de Lei do Estatuto de Línguas Nacionais, para assim então, debruçarmos sobre as questões de línguas nacionais em Angola.

No capítulo II, são discutidas questões relativas à sócio-história e à demografia angolana, enfatizando também conceitos fundamentais para o entendimento do estatuto da língua portuguesa nesse país africano, a exemplo, de língua nacional, língua oficial, multilinguismo e políticas linguísticas. O capítulo III, abordou-se sobre a diversidade e contato linguístico em Angola, para assim então, entendermos os elementos que se deu a formação do português angolano. Destacamos também, as questões culturais, e de identidade linguísticas sobre o país e o do português falado nesse mesmo território.

O capítulo IV faz-se a revisão bibliográfica sobre o tema do uso pronominal, trazendo à tona os resultados de pesquisas feitas com dados de variedades do português, a saber, a

brasileira, a europeia e a angolana. Apontamos, também, como o foco da pesquisa, a variação “nós” e “a gente” no português falado em Luanda.

No capítulo V é dedicado à apresentação e discussão dos resultados do uso dos pronomes pessoais no português angolano. Apresentamos também, a proposta da metodologia que foi adotada para a pesquisa nessa dissertação, e, apontamos, assim, para apresentação dos resultados encontrados sobre o uso variável das formas *nós* e *a gente* no português falado em Luanda. Por fim, são feitas considerações finais, em que são expostos os principais achados e as lacunas deste trabalho, dessa forma, constar também, a nossa agenda futura de trabalho, a partir das lacunas do atual, e das questões surgidas ao longo da pesquisa. E na seção seguinte, apresentamos as referências bibliográficas.

2 CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGUÍSTICAS SOBRE O PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA

Nesta seção, além de discutir os conceitos de língua nacional, oficial e materna, no sentido de compreender a situação linguística nos termos das definições do Estado angolano e o lugar destinado à língua portuguesa no contexto de tais definições, serão discutidas as condições sócio-históricas em que a formação linguística ocorreu em Angola. Para isso, buscaremos dialogar com estudos já existentes em que tal discussão se coloca em centralidade.

Um importante referencial para esta discussão está representado nos estudos de Zau (2011, p.116), acerca da nacionalização e naturalização da língua portuguesa no contexto angolano. Concordamos com sua afirmação de que

A discussão em torno da nacionalização da língua portuguesa em Angola tem vindo a acentuar-se cada vez mais. O interesse pela temática não é apenas uma consequência da sua dinâmica expansão territorial, como também, e principalmente por estar a tornar-se uma das línguas maternas com maior número de falantes, não obstante a associação que dela se faz ao colonialismo.

Tal afirmação já dimensiona a necessidade de empreendimento conceitual específico em se tratando das definições linguísticas consideradas. Assim sendo, tais definições nos servem ao mesmo tempo como mote para a problemática discutida e impulso à nossa consideração e defesa do português angolano como uma língua nacional.

No que concerne à questão dos conceitos de língua nacional, língua oficial e língua materna, é preciso ter em conta a importância de compreender suas distinções, pois que por esta compreensão perpassa oportunos apontamentos a despeito dos *status* linguísticos e das suas implicações no contexto angolano.

Moita (2005, p. 606-607), por exemplo, define língua nacional (LN) como língua “[...] falada em determinado território que, por plasmar marcas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade ético-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional”. Do mesmo modo Gaspar, (2015, p. 06) atrela o conceito à dimensão territorial e étnico-cultural, ao afirmá-la como aquela “enraizada num determinado espaço territorial e que foi apropriada pela sua comunidade como meio de comunicação primordial e elemento de coesão social, apresentando-se como veículo das suas culturas ancestrais”.

A partir desse mesmo entendimento é que Undolo (2014) e Zau (2011), estudiosos angolanos da língua portuguesa, propõem uma discussão acerca de línguas nacionais, considerando que a língua portuguesa, no contexto linguístico angolano, pode assim ser caracterizada dada a função que historicamente exerce, bem como as configurações próprias relativas ao contexto cultural de uso. Tal entendimento é propriamente a perspectiva corroborada pelo presente trabalho que aponta obrigação por parte do Estado da criação de condições que possam possibilitar todos os esforços necessários para a implementação desta língua, como uma variedade legítima do território angolano.

Ao que parece, o número de falantes maternos é um dado concreto que permite estabelecer uma direta relação entre os conceitos de língua nacional e materna e, ainda,

evidenciar a função de língua nacional caracterizada por Zau (2011), a despeito da língua portuguesa em uso no contexto em questão.

De acordo com Gaspar (2015, p.4), “[...] língua materna é aquela que adquirimos em primeiro lugar, no meio familiar, e a que nos socorremos para nos expressarmos no meio social envolvente”. Em termos gerais, a literatura especializada relaciona a língua materna ao espaço doméstico de aquisição, qualificando-a como primeira língua de contato do indivíduo, e aprendida na comunidade circundante, remetendo também à origem e à identificação cultural com a língua.

A problemática colocada, sobretudo, ao analisarmos os documentos relacionados ao contexto de políticas e planejamento linguísticos em Angola, diz respeito ao entendimento relativo às línguas nacionais, atrelado à imprecisão quanto à designação do Português tido expressamente enquanto língua oficial. Sabe-se, entretanto, que existe uma distância abissal, entre a língua caracterizada enquanto oficial e aquela das práticas comunicacionais cotidianas. O que estamos aqui a chamar de português angolano não é, pois, o mesmo da instituição normativa oficial. Quanto às políticas e aos planejamentos linguísticos de Angola, o Estado criou um estatuto de línguas nacionais, e nesse mesmo documento, encontram-se atribuídas as definições de língua, nesse sentido, línguas nacionais, língua oficial e língua materna, na visão do Estado, entidade de direito a quem compete legislar, regular e implementar as políticas linguísticas no país. Apresentamos, a seguir, as designações realizadas nesse âmbito, ou seja, como o Estatuto das Línguas Nacionais trata essa questão:

Artigo 2º

Definições

O projeto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais define:

- a. Língua Nacional: a que pertence ao patrimônio cultural de uma comunidade habitando um mesmo espaço geográfico, partilhada ou não com uma comunidade transnacional, qualquer que seja a sua influência geográfica ou sociológica
- b. Língua Oficial: a língua à qual é conferido o privilégio de utilização no quadro das atividades oficiais, sendo utilizada necessária e obrigatoriamente em todos os órgãos do estado e pelas entidades privadas.
- c. Língua Materna: aquela língua nacional ou portuguesa que o indivíduo aprende em primeira instância de vida.³

³ Artigo 9º de Lei nº 13/01 retomado na Lei nº 17/16 e Lei nº 32/20, lei que altera a Lei nº 17/16, Lei de Bases do Sistema Educação e Ensino.

Assim, verifica-se no seu capítulo II, da qualificação e difusão das línguas nacionais, um artigo especificado como 6.º, em que considera e classifica as 12 línguas nacionais do país, e o português não está incluso nesta classificação.

1. Para os efeitos da presente lei, são consideradas como Línguas Nacionais, as seguintes:
 - a. Cokwe;
 - b. Khoi;
 - c. Kikongo;
 - d. Kimbundu;
 - e. Ngangela;
 - f. Oxiwambo
 - g. Olunyaneka;
 - h. Umbundu
 - i. Vátwa
 - j. Helelo;
 - k. Luvale
 - l. Mbunda.

De acordo com o mencionado documento, podemos observar incongruências quanto ao lugar da língua portuguesa nessa designação. Apesar de definir uma língua nacional como a que pertence ao património cultural de uma comunidade habitando um mesmo espaço geográfico, partilhada ou não com uma comunidade transnacional, qualquer que seja a sua influência geográfica ou sociológica e, reconhecer ao mesmo tempo, que assim como as línguas tidas como nacionais, também a língua portuguesa poderá configurar-se enquanto língua materna dos angolanos; ainda assim, ela está apartada do campo a estas destinado.

Do modo como está posto, a compreensão acerca do que seriam as línguas nacionais resume-se a associação dessas às línguas autóctones, ou línguas de origem africana em uso no território angolano. O que nos faz concordar com Zau (2011, p. 116) ao afirmar que

[...] em termos concretos, ao uso da expressão ‘língua nacional’ como principal elemento para distinguir as línguas de origem africana - consideradas como línguas nacionais - e o português, língua oficial e veicular.

Assim, partimos dessa consideração para demonstrar as incongruências do próprio Estado enquanto um agente regulador das leis. Nas próprias expressões do mencionado documento a despeito do *status* das línguas, tais incongruências podem ser percebidas, pois, ora nega a participação do português como língua nacional dos angolanos, ora afirma que também faz parte do leque linguístico deste povo, podendo inclusive ser sua língua materna.

A adoção do português como uma língua oficial do país se deu após a independência, em 1975, está declarada essa condição segundo Artigo 19º da Constituição da República de Angola (CRA); ficando, portanto, qualificada como língua da escolarização em todo sistema educacional. Fixar a língua nesta condição, sem consideração de suas especificidades ao longo de muito se configura enquanto um ponto de tensão, porque vemos, há uma realidade socioantropológica a ser considerada.

Nesse sentido, os ditos de Timbane e Mbiavanga (2022) nos servem de base ao relacionar a não nacionalização da língua portuguesa em Angola em detrimento da nacionalização embora não oficialização das línguas locais. A discussão engendrada perpassa pelo lugar demarcado para uma e outra língua no contexto das definições linguísticas estatais e suas implicações no contexto da escolarização. Essa é uma discussão nos interessa dado que em muito justifica as proposições defendidas neste trabalho. Os autores afirmam que

Apesar de Angola ter nacionalizado as línguas locais, com a criação de Instituto de Línguas Nacionais e a criação de alfabetos de sete línguas de origem africana, estas não são línguas oficiais, nem línguas de escolarização ignorando a realidade sócioantropológica das crianças que frequentam as escolas do país (TIMBANE; MBIAVANGA, 2022, p. 152)

Comprendemos as polêmicas e as controvérsias que este tema suscita. De qualquer forma, compreendemos também a necessidade de constituição de um estatuto outro para as línguas no contexto angolano, sobretudo em se tratando da língua portuguesa, uma vez que, ao modo de Undolo (2014), Cabral (2005), entre outros, de acordo com a conjuntura sociolinguística, essa língua atende aos requisitos para ser concebida, ao mesmo tempo, língua oficial, língua veicular e língua nacional.

Ressaltamos, no entanto, como há muito já vem sendo debatido, que é preciso chegar a uma normatização desta variedade do português e, tais ações perpassam inegavelmente pela sua consideração enquanto uma língua nacional, a caracterização e a valorização das marcas tipicamente angolanas que lhe confere singularidade.

Para Faraco (2008, p. 36), “a questão da língua no Brasil não é apenas linguística, mas, antes de tudo, política”. Do mesmo jeito que acontece no Brasil, igualmente, também se dá em Angola. Portanto, “ela interessa à *polis* como um todo, na medida em que atravessa diretamente e afeta profundamente inúmeras situações sociais”.

Para dimensionar a importância dessa discussão e das compreensões que esta suscita, bastaria chamar a atenção para “os efeitos deletérios dos preconceitos linguísticos e da violência simbólica que se pratica em nome da língua nas nossas relações sociais e, em particular, na

educação linguística que oferecemos a nossas crianças e jovens” (FARACO, 2008, p.36) e a isto se soma as “reprovações em massa e as dificuldades no aprendizado da língua (NETO, 2009; MINGAS, 2002), apresentadas por Timbane e Mbiavanga (2022, p.151) como “resquícios da insistência em ensinar uma variedade distante da cultura local”.

Angola carece de uma política linguística inclusiva que considere todas as línguas faladas no território nacional, a partir de suas próprias marcas e estruturação, definidas a partir de um *status* justo e prestigiado. Em se tratando especificamente da língua portuguesa, a constituição e o reconhecimento de que se está diante de uma variedade angolana desta língua, é já uma demanda urgente.

Entender e discutir acerca do português estabelecido em Angola e assumir sua diversidade linguística é adentrar também um conceito importante nessa pesquisa. Analisaremos a variação no sistema pronominal em Luanda, por meio das discussões teórico-metodológicas da Sociolinguística Variacionista. Duarte (2000) argumenta que a língua portuguesa não é homogênea e as suas variações são concernentes às diferentes nações ou estados em que o português é a língua nacional. As variações sociolinguísticas podem ser imputadas a fatores geográficos (variação dialectal), sociais (variação social), situacionais (variação diafásica) e históricas (variações diacrônicas).

Dado o exposto, para contextualizar essas questões sobre políticas linguísticas em Angola, serão expostas na próxima subseção, aspectos sobre a sócio-história angolana, dando ênfase ao processo de transplantação da língua portuguesa.

2.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS ANGOLANO

Angola encontra-se localizada na região ocidental da África Austral, possui uma superfície total de 1.246.700 km², limitada a norte e nordeste pelos países da República do Congo e República Democrática do Congo, a leste pela República Democrática do Congo e República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

De acordo o Censo 2014, a população residente em Angola é de 25 789 024 de habitantes, dos quais 12 499 041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 13 289 983 do sexo feminino (52% da população total residente). A província de Luanda é a mais habitada, com 6945 386 de residentes.

Um dos principais aspectos sócio-históricos que nos cabe destacar é a presença portuguesa no território que hoje equivale a atual divisão política de Angola, no período de 1482 a 1484, a partir da liderança de Diogo Cão. À chegada, os navegadores encontraram povos

com línguas e culturas próprias, cuja hegemonias econômica e sociopolítica foram resistindo até à progressiva conquista colonial. Esses povos formavam uma unidade política, Reino do Congo, mais as regiões de Ndongo e Matamba (FIGUEIREDO, 2015), reconhecida como uma das primeiras grandes unidades políticas formadas no século XIII, após as migrações bantu (BIRMINGHAM, 1974).

Na história de Angola, tem-se que a cidade de Luanda foi fundada a 25 de janeiro de 1576, pelo capitão português Paulo Dias de Novais, com o nome de “São Paulo de Assunção de Loanda”. Antes desta presença, o espaço pertencia ao Reino do Ndongo, cuja capital se designava Kabasa. Este reino, fundado entre os séculos XII-XIII, ou concretamente no século XIII foi habitado inicialmente pelos povos da etnia dos ambundos cuja língua era o Kimbundu, e governado pelos reis da dinastia dos Ngola, de que se destaca o rei Ngola Kiluanji-Kya-Samba. Os ambundos pertenciam a um conglomerado de reinos: Ndongo, Matamba, Kisama e Mpemba, territórios vassallos do reino do Congo (MILLER, 1976; XAVIER, 2010; PINTO 2015 *apud* MIGUEL, 2019)

O principal motivo dessa presença portuguesa não foi devido somente às relações comerciais, já que os principais produtos do Reino e regiões próximas, como marfim, palma, madeira e cobre, já eram desvalorizados quando comparados às especiarias e riquezas do Oriente, território que já contavam com a presença portuguesa à época. Infelizmente, “[...] o único recurso que os Europeus encontraram no reino capaz de compensar os bens importados foi a própria população” (DIAS, 1989, p. 293). Iniciava-se, assim, um longo período de escravização de um enorme contingente populacional para servir aos interesses coloniais de Portugal, como abastecimento de mão-de-obra para a Metrópole e demais espaços ocupados pelos portugueses.

Após a chegada dos portugueses, intensifica-se uma “[...] agenda diplomática e de intenso contato, com a influência portuguesa nos costumes religiosos e linguísticos” (SANTOS, 2018, p. 28). Contudo, é durante os séculos XVII e XVIII que a supremacia de Portugal é fortalecida com “[...] a formação de um entreposto comercial com a principal função de servir de abastecedor de escravos para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo em Pernambuco e Bahia” (SANTOS, 2018, p. 29).

No século XIX, com a imposição da Inglaterra pelo fim do tráfico de escravizados, extinção oficializada em 29 de abril de 1878 (PELISSIER, 1997, p. 87), Portugal se voltaria, então, para o desenvolvimento territorial das colônias na África a partir de estímulos para a emigração dos portugueses e a disseminação da civilização e cultura europeia, ou portuguesa,

no caso. Angola, ao lado das demais colônias africanas, torna-se uma Província Ultramarina de Portugal e recebe um considerado contingente de cidadãos portugueses.

Essa nova dinâmica social implicaria em um ambiente sociolinguístico particular, com uma hierarquização da população entre os colonizadores e colonizados, surgindo, assim, uma divisão entre assimilados e indígenas (HERNANDEZ, 2008, p. 572-574), que tem como fator preponderante, o domínio da língua portuguesa.

As consequências do processo de colonização em Angola apresentam-se como continuidades históricas que ainda hoje reverberam num contexto de assimetrias de poder, produtores de hierarquizações e desigualdades. A atmosfera etnocêntrica ainda hoje permeia as relações sociais, culturais, econômicas e políticas e as condições de existência das populações em Angola-Luanda.

Compreender os aspectos sócio-históricos é relevante para este estudo visto que a realidade linguística não se configura alheia a estes aspectos. Desse modo, concordamos com Mattos E Silva quando afirma que “[...] a história de uma língua realmente se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua” (2004, p. 91). Precisa-se. Pois, ter em conta as interfaces entre o passado da história e as experiências do presente.

É sobre os desdobramentos dessa história no âmbito específico da língua em Luanda que trataremos nas linhas seguintes.

Em Angola, há cerca de 48 línguas faladas no território, como já referido anteriormente, sendo na sua maioria o grupo linguístico bantu, ao lado da língua portuguesa que foi introduzida a partir do contexto do contato de Portugal com os povos de Angola, nos séculos XV e XVI e do processo de colonização empreendido nas nuances desse período histórico.

Essa diversidade linguística caracteriza Angola como um país multilíngue, de acordo com a constituição no artigo 19^a, o português é a língua oficial do país, no entanto, o país é constituído de várias línguas nativas consideradas línguas nacionais.

Para o contexto sócio-histórico da cidade de Luanda, como foi mencionado anteriormente, a cidade capital foi fundada a 25 de janeiro de 1576, pelo capitão português Paulo Dias de Novais, com o nome de *São Paulo de Assunção de Loanda*, de acordo com o último censo populacional (2014) realizado no país, nos mostra que, a cidade possui uma superfície de cerca de 24 651 km², o seu território atualmente encontra-se dividido em sete municípios, como: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana, onde estes estão subdivididos em distritos urbanos. Luanda é a capital do país, e, é a província atualmente mais habitada, com 6945 386 de residentes, e, é a segunda menor província do país.

Para além, da população nacional, ela possui a maior concentração de estrangeiros. (Censo, 2014), A taxa da população de nacionalidade estrangeira na cidade é de 40%, como atesta os dados do mencionado censo. Tais dados, remetem a um fato histórico concreto: no contexto em questão há desde muito um potencial agregador que reflete sua multiplicidade cultural, linguística e étnica, mas este predicado acaba por transitar ontologicamente entre recurso e problema: a mais povoada de todas as províncias, continua a ter seu contingente populacional em franco crescimento, entretanto, as questões socioeconômicas e políticas não se solucionam na medida deste crescimento. E esta afirmação vale também para as questões no âmbito da língua, tentaremos elucidar por quê.

A configuração populacional é composta, de acordo com Ndombele e Quimuanga (2018) por Luandenses (naturais de Luanda ou com ascendência do Interior do país) e demais pessoas com proveniência em várias outras partes do mundo (sobretudo europeus), espelha a força dos condicionantes sócio históricos e políticos reificados na formatação do que Miguel (2019) chama de *simbiose de realidades distintas* para destacar a interação entre diferentes sujeitos, elementos e matrizes sobre os quais verifica-se influencias recíprocas.

Do ponto de vista sociolinguístico, é esta interação um dado considerável; para nós, um aspecto basilar na justificação da abordagem temática tida em conta neste trabalho. Já que a compreensão de territórios marcados pela diversidade configura-se enquanto um desafio, ainda mais para nós inseridos em pesquisas no campo da linguística, pois que, nos exigem análise de aspectos que se colocam para além da língua, contudo, diretamente relacionados ao contexto linguístico em questão.

Enquanto fenômeno sociolinguístico, o multilinguismo no contexto angolano, mais especificamente em Luanda, convoca-nos indiscutivelmente a reflexões sobre o convívio multifacetado entre línguas e os fatores de ordem político-ideológica, econômica e estratégica que historicamente definiram lugares característicos para as línguas e para os sujeitos falantes que concomitantemente utilizam várias línguas e, isso desde as investidas coloniais. Tal fenômeno é ao mesmo tempo expressão da diversidade e recurso político mal utilizado, condutor de um processo cruel que reverbera em assimetrias, injustiças e desigualdades e que incidem sobre a vida e as práticas sociais cotidianas.

Realidade conflitante, assim é definida tal configuração linguística por Zau “[...] do ponto de vista (sócio) linguístico, o contato de línguas pode igualmente ser encarado como fenômeno positivo ou negativo” (ZAU, 2011, p. 31); sobretudo quando, a diversidade que deveria configurar nesse contexto marca de coexistência e valorização da riqueza cultural que

representa, em vez disso, se vê marcada pela debilidade das atuais instâncias responsáveis pela política linguística de cujo trato democrático efetivo poderia beneficiar nesse sentido.

Assumimos tal qual Bernardo e Severo (2019) a crítica à ambivalência e contradição do discurso legal angolano sobre línguas que se posiciona entre a retórica de valorização da diversidade linguística local e a criação de mecanismos burocráticos que, na prática, dificultam sua mais genuína expressão; se pensarmos, por exemplo o reconhecimento constitucional de que Angola é uma nação multiétnica e, em paralelo, a distância entre a língua oficial e a língua em curso nos contextos comunicacionais claramente, a promoção de um estatuto outro para a língua em questão representaria em termos práticos, este reconhecimento.

Tal contexto nos provoca à defesa que pautamos e, mesmo em face de toda incongruência caracterizada, seguimos afirmando a relevância sociolinguística da diversidade e do contato, a contribuição da coexistência entre as línguas africanas e a língua tida por oficial, na demarcação de um lugar para o português angolano, sendo assim, elementos fundamentais a consignar sua identidade. Trabalhos pioneiros como de Mingas (2000) e Miguel (2003) também colocaram em discussão a necessidade de se afirmar uma variedade nacional do português e essa discussão foi colocada em pauta a partir das análises de fenômenos morfossintáticos do português falado em Angola, privilegiando, inclusive, o contato linguístico com as línguas locais como um fator preponderante dessa “nova” variedade em formação. Mingas propõe analisar as interferências de origem quimbundo que caracterizariam a língua portuguesa de Luanda, enquanto Miguel se debruça no emprego dos pronomes pessoais no português falado na mesma cidade, destacando que há realizações que a norma, até então portuguesa, não previa e o fato de o substrato linguístico permitir realizações no emprego dos pronomes pessoais, proporcionalmente a escolaridade dos falantes.

A partir de uma inicial revisão de literatura, visitamos estudos de análise e descrição que sedimentaram caminho para pesquisas posteriores acerca do fenômeno linguístico no território angolano. Avultamos, estas e não outras, na consideração de sua relevância a abordagem tida em conta nas linhas de nossa investigação. A propósito das especificidades da língua em questão, trabalhamos com os autores como Mingas (2000), Miguel (2003, 2008), Inverno (2008, 2009), Zau (2011), Figueiredo e Oliveira (2013), Undolo (2014), Figueiredo (2015, 2018), Araújo (2016, 2017), Santos (2018), Araújo; Silva (2020).

Faremos a seguir, uma breve introdução de alguns dos estudos e dos autores acima citados, (nos baseamos no artigo de Santos, 2018, *Aspectos da língua portuguesa em Angola*) e dos seus trabalhos relacionados ao estudo do português falado em Angola, para melhor

compressão das variadas visões teóricas para os diversos fenômenos linguísticos patentes nessa variedade angolana do português.

Mingas (2000), uma das pioneiras linguistas do país, foi professora, pesquisador, com seu estudo *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, considerado como, um dos trabalhos pioneiro nos estudos sobre o português falado em Angola e de Angola. Foi professora, pesquisadora e linguista. A sua pesquisa, aborda sobre a interferência do Kimbundu no português angolano, especificamente no português falado na capital do país, Luanda, a partir de um corpus formado por informantes da província de Luanda e de escritores angolanos. Mingas propõe analisar as interferências de origem quimbundo que caracterizariam a língua portuguesa de Luanda.

Miguel (2003), Maria Helena Miguel, é professora, investigadora, linguista e autora. No seu estudo, intitulado *dinâmica da pronominalização no português de Luanda*, debruça-se no emprego dos pronomes pessoais no português falado na cidade Luanda, como sendo o foco do seu trabalho, e destacando que há realizações que a norma, até então portuguesa, não previa e o fato de o substrato linguístico permitir realizações no emprego dos pronomes pessoais, proporcionalmente a escolaridade dos falantes.

Inverno (2008), analisa o desenvolvimento do português nos países do PALOP, em particular em Angola e suas transformações após o contato com o mundo das línguas locais. Por tanto tomando como base o estudo sobre o português falado em Angola, o texto caracteriza-se como fonte fundamental de estudo para compreender de maneira mais aprofundada os aspectos linguísticos, situação linguística nos chamados países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

O estudo de Inverno procura contribuir para desmistificar a ideia frequente da homogeneidade da língua portuguesa em Angola e o discurso dominante sobre a situação linguística nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), que tende a retratá-los como monolíngues em português, quando na realidade, não com diz a realidade estatística do país, sendo que a maioria da população da população angolana tem como língua materna uma das diferentes línguas africanas.

Zau (2011), no seu trabalho de doutoramento intitulado: *a língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. O autor embarca numa discussão que estava crescendo no país, desde a década de 80 do século XX, e decide contribuir, desse modo, com a sua obra, ademais, sobre a necessidade de consideramos o português angolano como língua nacional, portanto, a nacionalização do português em Angola. Privilegiando assim, a abordagem sociolinguística, o pesquisador, analisa o lugar da língua portuguesa em Angola,

para assim então, definir e ajudar a criar as políticas linguísticas sobre a real situação linguística do país. Possui o seu doutorado pela Universidade da Beira Interior-Portugal, no ano de (2011).

Undolo (2014), é professor, doutor em Linguística pela Universidade de Évora (Portugal), tem se dedicado aos estudos da norma do português angolano. Na sua de (2014) o seu trabalho, propõe uma descrição sobre a caracterização da norma do português em Angola. O autor demonstra no seu estudo uma norma específica em construção do português angolano, muito afastada da do PE, e apresenta a existência desta norma, e, sobretudo, identifica suas características relevantes nos diferentes domínios da língua. Os resultados do estudo evidenciam que, portanto, em Angola coexistem duas normas da língua portuguesa, sendo uma real, (a variedade angolana do português) e a outra ideal, norma-padrão oficial do país.

Silvana Silva de Farias Araújo, é Professora Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação. É Doutora em Língua e Cultura e Mestre em Letras e Linguística, ambos os títulos obtidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É também especialista em Língua Portuguesa e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela UEFS. Tem atuado na área de Sociolinguística, investigando, principalmente, os seguintes temas: formação do português do Brasil, variedades linguísticas minorizadas, contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos e variedades africanas do português. Suas pesquisas estão concentradas na busca de pistas para as origens do português brasileiro, a partir da documentação linguística em comunidades de fala e de prática, no Brasil e em Angola. Manoel Crispiniano Alves da Silva é graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Atualmente, é estudante do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL). Integra o projeto de pesquisa "Em busca das raízes do português brasileiro", sediado na UEFS, que tem a coordenação da Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS). Desenvolve trabalhos na área da Sociolinguística, com ênfase na variação morfossintática no intercâmbio sociolinguístico entre o português falado em Luanda, capital de Angola e o português brasileiro (PB) falado na região do semiárido da Bahia, analisando as semelhanças e as diferenças entre ambas as variedades do português, investigando os efeitos do contato linguístico na formação dessas variedades. Araújo e Silva (2020), com a pesquisa deste trabalho (*a formação da identidade linguística do português falado em angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história*), buscam responder à questão concernente ao português angolano, se este está em processo de formação ou já possui uma identidade sociolinguística. Usando como método duas hipóteses dicotômicas, expressas nos

trabalhos de Inverno (2004, 2008), Teixeira (2008, 2013) e Figueiredo e Oliveira (2013). Após uma revisão de literatura, diante do exposto, os autores demonstram que, existem alguma semelhança para alguns fenômenos, similaridades entre o PE, e que, para outros, a semelhança é com o PB. Conclui-se então, dessa forma, que o PA é uma variedade que estaria ainda em processo de construção.

Para esse trabalho, utilizou-se a teoria no âmbito dos estudos da linguagem, em que o cerne das atenções está voltado para a relação entre língua e sociedade, sob a perspectiva variacionista; para tanto, a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), que tem por objetivo sistematizar a variação e a mudança da língua em sociedade. Neste sentido, o nosso objetivo geral é traçar a descrição sociolinguística do uso de formas pronominais no português de Luanda.

No que toca a flexão de caso pronominal, a partir dos estudos já realizados, Lucchesi e Mendes (2009), Mendes (2009; 2016), Almeida (2014), como já mencionado anteriormente, entende-se por flexão de caso toda e qualquer alteração na desinência de um nome de modo a expressar a função sintática que exerce na oração. No entanto, no que concerne à flexão de caso dos pronomes pessoais, Lucchesi e Mendes (2009, p. 475) indicam-nos o modo como as gramáticas normativas assumem uma distinção pautada “[...] entre as formas de **caso reto**, que desempenham a função de sujeito e as formas do **caso oblíquo**, que desempenham as funções de complementos verbais e nominais e de adjuntos adverbiais”.

2.1.1 QUESTÕES LINGUÍSTICAS, IDENTIDADE E PLURALIDADE

A sociolinguística dedica-se aos estudos da língua e sociedade, sendo um grande aporte para abordar as questões da língua atrelada a temas como identidade e pluralidade, sobretudo, em contextos multiculturais e multilíngues. Questões essas, que são realidades de sociedades como as de sociedades africanas, em especificamente, como a de países como Angola.

De acordo com Mollica, “a sociolinguística é uma das subáreas da linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais”. Assim sendo, “[...] esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de carácter heterógeno”. (MOLLICA, 2004, p. 9).

É evidente, que ela nos serve de balizador para o nosso trabalho, pois, nos permite compreender como é a língua falada no país e a sua relação com a sociedade em que ela está

inserida. Dessa maneira, ela nos permite compreender ao mesmo tempo, os principais fatores que motivam a variação e a mudança linguística no português falado em Angola. Nesse sentido, estamos falando do português falado em Angola e a da população que fala esta mesma língua.

Apresenta-se como a disciplina que focaliza a sua abordagem na diversidade linguística, rejeitando a crença da existência da homogeneidade linguística. Tem como foco de estudo descrever e sistematizar a heterogeneidade da língua falada, explicando o funcionamento da língua em relação a fatores sociais e linguísticos. “A língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ela não é um produto pronto e acabado, ela é um processo” (BAGNO, 2007, p. 36).

É a partir dela, que pretendemos constatar como estão atreladas as questões e as relações das línguas, sobre a origem geográfica dos falantes, no caso o falante dessa língua e a comunidade que essa língua é incluída, comunidade de fala, visto que as línguas representam a cultura, a identidade de um povo, elas carregam a marca da identidade e traços culturais dos seus povos. Desse modo, podemos demarcar como são atrelados, a questão do pertencimento e da identidade da língua com os seus falantes propriamente.

Assim, os estudos sociolinguísticos e a teoria variacionista, divulgada por Willian Labov, que se apresentam como aptos e se enquadram ao nosso trabalho, para pesquisar a variação e a mudança na sociedade angolana e no português angolano. É oportuno frisar, como é do nosso conhecimento, a variação e a mudança são inerentes às línguas.

Para tanto, as pesquisas sociolinguísticas pautam-se, acima de tudo, sobre dados do contexto a realidade sócio-histórico-cultural e geográfica. Utilizando, assim, os pressupostos postulados por Labov, em que ele determina que só podemos discutir sobre a língua dentro de um contexto social, pois, a língua é um fenômeno social, uma construção social.

Para Monteiro, “[...] a língua e a sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo, que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra”. Com efeito, “a finalidade básica de uma língua é a de servir como meio de comunicação e, por isso mesmo, ela costuma ser interpretada como produto e expressão da cultura de que faz parte” (MONTEIRO, 2000, p. 13)

Na nossa abordagem sociolinguística que nos propusemos trabalhar, tem maior relevância, estudos de contatos, políticas e planejamentos linguísticos, identidades linguísticas, pois o nosso trabalho caminha emaranhado a estas bases de sociolinguística variacionista e estudos culturais, com o maior objetivo, a identidade sociolinguística do português falado em Angola, que de certa maneira, “[...] constitui o resultado da pressão social dos falantes locais

sobre as línguas em interação, um processo natural e incontornável a que estão sujeitas todas as línguas em situação de contato, conforme defendido na vasta literatura especializada”. (MIGUEL, 2019, p. 36)

No entanto, de acordo com Bagno (2007), podemos entender que, “[...] a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. Ao mesmo tempo que ela é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2007, p. 36).

A variação e a mudança linguísticas é que são o “estado natural” das línguas, o seu jeito próprio de ser. Se a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, se esses seres humanos e essas sociedades são sempre, em qualquer lugar e em qualquer época, heterogêneos, diversificados, instáveis, sujeitos a conflitos e a transformações, o estranho, o paradoxal, o impensável seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas (BAGNO, 2007).

O objetivo central da Sociolinguística é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Língua e sociedade estão indissolivelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra. Para sociolinguistas, é impossível estudar a língua sem estudar, ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, não dá para estudar a sociedade sem levar em conta as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem (BAGNO, 2007).

O que temos nas sociedades complexas e letradas é uma realidade linguística composta de dois grandes polos: (1) a variação linguística, isto é, a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade e (2) a norma padrão, produto cultural, modelo artificial de língua criado justamente para tentar “neutralizar” os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes (BAGNO, 2007).

Um dos postulados básicos da sociolinguística é o de que a variação não é aleatória, fortuita, caótica- muito pelo contrário, ela é estruturada, organizada, condicionada por diferentes fatores (BAGNO, 2007).

Nesse sentido, corroboramos com Araújo (2014, p.124), que salienta que “as pesquisas sociolinguísticas devem se pautar não apenas em informações linguísticas, mas, de forma basilar, em informações sobre o contexto sócio-histórico-cultural e geográfico que, de certa maneira, moldam a fala dos informantes” e ao mesmo tempo, informam sobre o contexto e as configurações que lhe conferem identidade.

Sobre a mudança e variação linguística no português angolano, tais aspectos têm sido observadas na prática, pois, “[...] a chave para uma concepção racional da mudança linguística e mais, da própria língua- é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968], p. 36).

Para explicar a diversidade étnica e a diversidade linguística que Angola possui, e a forma como os angolanos de forma geral falam, tendo em vista esses aspectos, que provém do reflexo das variedades de povos, nações e etnias e o multilinguismo assente no território do país, assim sendo, estudos da sociolinguística variacionista adequam-se para tal.

Toda e qualquer sociedade possui suas línguas e suas culturas, conceitos de cuja discussão nos convoca às reflexões sob uma perspectiva plural. Afirmamos isso para ressaltar a necessidade de compreender e naturalizar que o continente africano é marcado pela pluralidade, constituído por territórios multiculturais, multilíngues, multiétnicos. Atentar que o contexto ao qual o nosso estudo se refere, deve ser considerado dentro dessa demarcação.

O contexto etnolinguístico de Luanda é permeado por uma situação multilíngue, assim, como o país todo é caracterizado pela diversidade étnica, cultural e conseqüentemente, linguística; onde várias culturas, várias línguas se encontram e convivem ao mesmo tempo, línguas africanas, bantu e não bantu em contato com a língua portuguesa. Assim figura-se a situação linguística e sociocultural, da realidade angolana, especificamente no que toca à questão da língua portuguesa falada no país.

Realidade esta, que configura o contexto de pluralidade em Angola, afirmando que justamente essa pluralidade é que configura a identidade linguística do país, sendo Luanda onde este estudo considera a evidência desse aspecto, visto que, a capital do país agrega contextos, sujeitos diversos advindos das mais diferentes regiões.

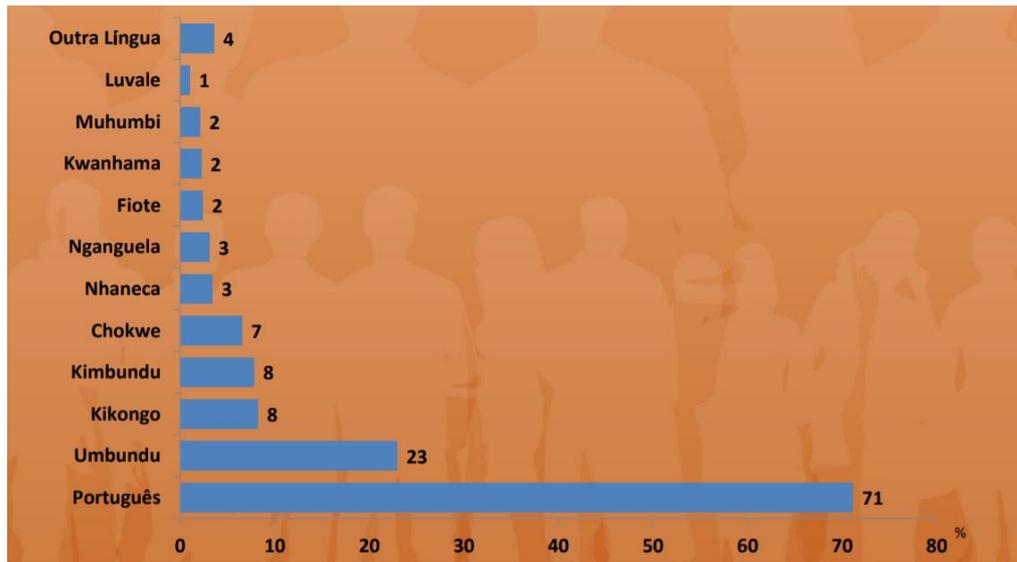
Esse rico cenário linguístico leva-nos a afirmar, portanto, a importância dessas diferentes línguas, inclusive, da língua portuguesa que, nestas linhas, é percebida como uma variedade típica (uma vez que já adquiriu a condição de ser materna dos angolanos) como o são o Kimbundu, ou Kikongo, ou tchockwe.

A língua portuguesa em Angola expandiu-se no país no período pós-independência devido a políticas educacionais que proibiram o uso das línguas locais em favor do português, tal como Inverno (2008) aponta. Por um longo período, esse português é apenas língua de instrução e restrita aos espaços político-administrativos e, dominada por uma pequena parcela da população, em sua maioria, portugueses ou angolanos assimilados. No entanto, nos últimos anos, há um importante crescimento do número de angolanos que já possuem a língua

portuguesa como língua materna, como são consideradas as diferentes línguas nacionais presentes no país.

O Gráfico 01, a seguir, dimensiona o quantitativo de falantes e a extensão do uso da língua portuguesa no contexto discutido.

Gráfico 01: Percentagem da população segundo a língua mais falada em casa



Fonte: INE/CENSO (2014).

2.1.2 AFINAL, QUE NACIONALIDADE, E POR QUE DEFENDÊ-LA?

Considerando as características histórico-sociais da implantação da língua portuguesa em Angola e seu status atualmente, fazemos o mesmo questionamento de Santos (no prelo):

[...] como mensurar o papel e a importância de uma língua que se faz presente em um território a partir de uma imposição colonial, que assume o protagonismo no processo de assimilação dos angolanos não-falantes do português e que se torna a língua materna de uma parcela da população?

Acreditamos que a importância da língua portuguesa pode ser medida a partir da (re) discussão das definições apresentadas pelo “Estatuto das Línguas”, uma vez reconhecida a “dificuldade que o Estado Angolano tem na definição do emaranhado estado dos estatutos das línguas. Ainda, em Angola, no que concerne às línguas, nota-se a desvalorização das mesmas, inclusive a desconsideração da iniciativa de resolução dos problemas linguísticos de Angola”, como bem pontuou Ma Nsambu.

Se atualmente o português já é a língua mais falada no território angolano, ora como segunda língua ora como língua materna, necessita-se uma nova discussão do que seriam as línguas nacionais e por que a (não) inserção do português nesse grupo.

Precisamos definir, então, como considerar o que é uma língua para além dos aspectos estruturais que as caracterizam. Seguindo Siguan (1996, p.45, *apud* BERENBLUM, 2003, p.21), língua “[...] é, ao mesmo tempo, o símbolo da comunidade nacional e o signo através do qual se identificam seus membros que, falando a mesma língua se reconhecem como fazendo parte do mesmo grupo, do mesmo povoado, da mesma nação”.

Embora os estudos sobre a situação sociolinguística e descritivo-analíticos das línguas em/de Angola ainda são incipientes, ainda mais se considerarmos estudos sobre o português em comparação com as variedades brasileira e portuguesa, alguns autores começam a apontar a importância de se legitimar o português falado em Angola como uma variedade nacional e fator de identidade de seus falantes. Vejamos como alguns autores apresentam essa discussão.

Undolo (2014) segue os mesmos apontamentos de Cabral (2005) e afirma que a língua portuguesa em Angola é a língua oficial, língua veicular e língua nacional, de acordo com a conjuntura sociolinguística nacional.

Zau (2011), já no título de seu trabalho – *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização* –, aponta o caminho de sua argumentação a favor de legitimar as especificidades do português angolano e faz uma memória do status do português no país:

[...] a língua portuguesa, em Angola, cresceu e vai continuar a crescer, partindo de língua franca e da colonização, passando por língua estrangeira, língua segunda ou não autóctone até ao estatuto de língua oficial do Estado, língua da literacia, língua materna não autóctone, língua de promoção social, língua oficial universal (língua da globalização), língua de identidade nacional, directório das línguas nacionais autóctones e, provavelmente língua nacional não africana (ZAU, 2011, p. 90).

Santos (2018) considera que a presença da língua portuguesa em Angola e as suas características linguísticas estão relacionadas a uma variedade particular angolana, que a distingue das variedades brasileira e europeia. O autor reafirma ainda que, o contato linguístico do português e as línguas nacionais é um fator relevante para a constituição das especificidades do português de Angola como um fator identitário e cultural angolano.

O que esses trabalhos têm em comum é o destaque dado em se considerar o português falado em Angola como uma nova variedade nacional e não-desvinculada das línguas classificadas como nacionais que seriam, então, um dos aspectos centrais tanto na estrutura

interna do português como na legitimação marcas identitárias desses grupos etnolinguísticos absorvidos na língua portuguesa.

Que ainda pese a questão de associação da língua portuguesa ao colonialismo e as implicações para além dos aspectos linguísticos, concordamos com Zau (2011, p. 116) que, no novo cenário sociolinguístico angolano

[...] o número de falantes maternos e não maternos [do português] cresceu e a consciência de assunção é uma realidade cada vez mais concreta. Este comportamento é susceptível de permitir afirmar que a língua portuguesa parece já exercer a função de língua nacional, cabendo aos decisores a criação de condições (materiais e humanas) que a envolvimento do assunto exige, a começar pela própria designação.

Se o português brasileiro desde muito se firma enquanto uma variedade específica (assim como o português lusitano), o português de Angola ainda marcha para a instituição desse mesmo reconhecimento, pois que, negado nos dispositivos, corroborados pelos discursos institucionais, mesmo com a sinalização veemente dos trabalhos no campo acadêmico que se debruçam sobre análise linguística, no sentido de legitimar a condição de uma variedade particular e, portanto, a consolidar-se oficialmente como uma língua nacional.

2.1.3 NORMA-PADRÃO E NORMA CULTA DO PORTUGUÊS ANGOLANO

Sobre a questão da (s) norma (s) em Angola, há pouca literatura no país relacionada a essa temática, entretanto, podemos encontrar em algumas das pesquisas e trabalhos acadêmicos, a questão da norma sendo mencionado. Dessa maneira, destacamos o trabalho do pesquisador Undolo como sendo um dos pioneiros a debruçar-se sobre esse assunto no país, ao que tudo indica. Assim como também nos trabalhos da linguista angolana Miguel, onde a autora aborda um pouco sobre. Neste trabalho, usaremos os conceitos de “norma” formulados em Faraco (2008), mas, é sobretudo, com base no trabalho do linguista angolano Márcio Undolo, intitulado *caracterização da norma do português em Angola*, tese de doutorado, em que iremos nos servir de base, para apoiar-nos neste trabalho aqui apresentado, e, de certo modo, a partir dela compreendermos melhor a questão da norma do português no contexto angolano.

O conceito de "norma" foi formulado pelo linguista Eugenio Coseriu, no início da década de 1950, de acordo com Faraco (FARACO, 2008, p. 36). O autor postula norma como “determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 37). Faraco (2008) acrescenta ainda que, “[...] norma nesse sentido se identifica com

normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala”.

Segundo Faraco e Zilles (2017), o termo *norma* possui dois sentidos, nos estudos da linguagem verbal, a. um geral: norma equivale à variedade linguística - a toda e qualquer variedade linguística; e b. um específico: norma equivale a um conjunto de preceitos que definem o chamado “bom uso”, o uso socialmente prestigiado (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12). Portanto, para os autores,

[...] no sentido geral, a *norma* cobre o como se diz numa determinada comunidade de fala (ou seja, o conjunto dos seus traços linguísticos característicos, sejam elas fonético-fonológicos, morfossintáticos, léxico-semânticos ou discursivos); ao passo que, no sentido específico, *norma* se refere ao como se deve dizer em determinados contextos (as pronúncias, as estruturas morfossintáticas e o léxico tomados sócio-historicamente como modelares) (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12).

Os autores demonstram que, no primeiro caso, estamos diante da realidade linguística em sua variabilidade, em sua fluidez, em sua dinâmica própria no universo das inter-relações sociais. Estamos frente ao que é *normal*, habitual, costumeiro numa determinada comunidade de fala (FARACO; ZILLES, 2017, p.12) e, no segundo caso, estamos diante da tentativa de regulamentar, controlar, normatizar o comportamento linguístico dos falantes em determinados contextos.

De acordo com o Faraco e Zilles (2017), entende-se por norma-padrão, a expressão que designa a “norma normativa”, isto é, o conjunto de preceitos estipulados no esforço homogeneizador do uso em determinados contextos. Nesse sentido, a norma padrão é um modelo idealizado construído para fins específicos; não é, portanto, uma das tantas normas presentes no fluxo espontâneo do funcionamento social da língua, mas um construto que busca controlá-lo (FARACO; ZILLES, 2017, p. 19).

Para os mesmos autores, a norma culta, é definida como o conjunto das características linguísticas do grupo de falantes que se consideram cultos (ou seja, a “norma normal” desse grupo social específico).

Ao identificar a língua exclusivamente com as formas padronizadas, esse modelo ideológico desqualifica a heterogeneidade linguística e os processos de mudança. A variação e a mudança, inerentes a qualquer realidade linguística, passam a ser consideradas como deterioração, corrupção, depreciação da “verdadeira língua e, por isso, são rejeitadas” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 29-30).

Segundo Faraco (2008), a norma culta, o que autor cunha de, norma culta/comum/standard, é o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita.

De acordo com Faraco (2008, p. 38), “não há normas sem organização”, logo não se pode conceber que se considere a forma de falar dos angolanos como erro, pois, como continua o autor “se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de uma outra norma” [...] “Toda realidade linguística é organizada, heterogênea, híbrida e mutante” (FARACO, 2008, p. 38).

As propriedades correntes (habituais, normais) na nossa linguagem urbana comum têm sido tradicionalmente classificadas não como peculiaridades do português urbano brasileiro, mas como “erros” [...] “tudo o que se afastasse da norma-padrão artificialmente construída era tachado de “erro”, mesmo que normal (i.e., comum) na fala mais monitorada dos falantes cultos (FARACO, 2008, p. 50).

Assim como Undolo, o pesquisador Adriano segue os passos do autor desta dissertação, na sua pesquisa sobre o tema em questão, no ponto em que aborda a norma. Portanto, conseguimos ver e compreender, o quanto é, e portanto, como funciona a norma do português em Angola. Chegamos à conclusão, em virtude dos fatos mencionados, a partir dos trabalhos que versam sobre a norma em Angola, que afinal, é evidente que, existem duas normas do português predominantes no país, a saber- a norma-padrão e a norma culta.

Para Miguel (2021- página da internet), existe duas variedades em Angola, uma que é falada em contextos informais por pessoas menos escolarizadas e uma variedade falada em contextos formais por camadas cultas.

Como podemos constatar, estamos diante de uma variedade com as suas características próprias e construindo ou caminhando para a construção da sua norma própria, ao contrário do que se tem dito e/ou imaginado que seja sobre a variedade que emergiu em Angola.

De acordo com Adriano,

[...] sendo o normativo a norma-padrão europeia, considerando que o contexto angolano é diferente do de Portugal, poucos têm sido, em Angola, os falantes que atingem o normativo. Mesmo indivíduos escolarizados optam pelo normal, preterindo o normativo. Entre outras causas, importa destacar a força (natural) que o normal exerce na vida das pessoas escolarizadas, motivada pelo contexto sociocultural e linguístico em que o português se desenvolve (ADRIANO, 2014, p. 82-83).

Para Adriano, a diferença entre essas duas variedades PE e PA, e os dois países, Angola e Portugal, é bastante patente, pois, “o distanciamento geográfico, sociocultural e outros factores individualizantes entre Portugal e Angola torna inevitável tal variação. A língua sempre absorveu a evolução da cultura do povo que a emprega”.

Outrossim,

[...] o povo português e o povo angolano não categorizam o mundo através da língua do mesmo modo. Por isso, é esperável que muitos aspectos (fonéticos, lexicais, morfossintáticos e semânticos) do português em Angola se demarquem do português europeu (ADRIANO, 2014, p. 89).

Na atualidade, a escola angolana, sem distinção do nível de ensino (básico, médio ou superior), TV, Rádio nacionais e outros veículos de difusão da norma, não difundem já a norma padrão europeia. A competência dos falantes cultos revela, pois, a existência de uma nova norma em estado avançado de construção, que se afasta notavelmente da norma europeia (UNDOLO, 2014).

O autor afirma que, uma nova norma específica estaria em construção em Angola. As conclusões obtidas permitiram que o autor afirmasse:

[...] que o maior domínio da norma europeia em Angola não está diretamente relacionado com o estatuto sócio-económico dos falantes, verificando-se que, regra geral, os nossos informantes, apesar de serem falantes cultos, têm uma exposição à norma europeia (ideal) muito reduzida, mesmo em atos administrativos ou formais, o que permite verificar um processo de institucionalização em curso de uma nova norma, confirmando-se a influência da sociedade na língua (UNDOLO, 2014, p. 283).

No entanto, se é verdade que a norma padrão emana, em princípio, dos hábitos linguísticos dos falantes cultos de uma sociedade, não é menos verdade que, no caso de Angola, o falar das camadas cultas angolanas se afasta já significativamente da norma padrão, identificada com o PE, sendo evidente a existência de um vocabulário comum específico, bem como um sistema fonético-fonológico e morfossintático com particularidades assinaláveis. Assim, tal como se verificou, é posto em questão o real papel do PE na administração do Estado, bem como na relação institucional deste com os seus cidadãos (UNDOLO, 2014).

Nesse sentido, podemos perceber que existem duas normas vigentes em Angola, no caso, o português ou norma padrão europeia e a norma culta ou popular do português angolano. Ao que tudo indica, uma boa parte da população angolana, não domina a primeira norma padrão europeia, mas sim, domina a segunda.

Nesse mesmo estudo, o autor apresenta os principais fatores de mudança para a caracterização da norma do português de Angola, das quais, aponta, as interferências direta ou indireta, da gramática das línguas bantu como principais fatores externos de mudança, como sendo atores relevantes nessa constituição de uma nova norma do português angolano. Junto das línguas bantu, o autor acrescenta, o contato com as diferentes culturais locais e as novas necessidades comunicativas surgidas ao longo do tempo, mudanças na estrutura social, no sistema de governação, no sector econômico e a fraca exposição à norma europeia.

As alterações registadas no plano fônico caracterizam os hábitos articulatorios próprios dos naturais e habitantes de Angola no geral, influenciados pelas línguas bantu nativas. Quer no domínio fônico, quer noutros domínios da gramática, é evidente, regra geral, o efeito da lei do menor esforço, verificando-se uma tendência para articulações e construções mais fáceis e cómodas na forma de realização da língua.

Servem de exemplos os fenómenos de monotongação, de assimilação, de supressão de sílabas em qualquer posição da palavra; a redução dos mecanismos da concordância de número, dos processos de graduação e comparação, simplificação do sistema pronominal reflexo e não reflexo, entre outros (UNDOLO, 2014).

Outro fator de mudança decorre da educação fonética na infância. A língua materna das gerações mais jovens, sendo o português, é-o na sua variedade angolana. E esta variedade, diferente da variedade europeia, tem um sistema fonológico próprio e uma prosódia igualmente própria. A sua aquisição ocorre num contexto familiar em que as possibilidades de exposição ao padrão europeu são, à partida, nulas. Aliás, basta ver que, mesmo em contextos formais de comunicação, ainda assim, são muito poucas as possibilidades de exposição ao referido padrão. É neste quadro que se desenvolve uma variedade própria, que vem emergindo ao longo do tempo, de geração para geração (UNDOLO, 2014).

Esta situação de plurilinguismo, complexa e geradora de tensões, só poderá, em nosso entender, ser integrada como característica sócio-histórica marcante em Angola pela adopção de uma política linguística que, baseada no conhecimento científico das línguas nativas e das particularidades do PA, se adapte a esta realidade.

Determinadas questões referentes ao sistema de ensino como, por exemplo, a sua qualidade, são decorrentes, em grande parte, da assimetria, cada vez maior, entre a norma padrão, ideal, e a norma culta, real. Por outro lado, os níveis de sucesso escolar, capacidade de exercício dos direitos de cidadania etc., estão fortemente condicionados pelo valor sócio-político atribuído à língua portuguesa (LP). Perante esta situação, afigura-se adequada e desejável uma atualização da norma padrão da LP em Angola, com base em estudos científicos,

que permitem compreender profundamente as suas peculiares características, aproximando-a da norma culta angolana, na medida em que, enquanto instrumento de comunicação do Povo angolano, a LP deve assumir uma forma própria, que melhor se adegue à expressão da sua história e cultura (UNDOLO, 2014).

Assim, em Angola, a existência de formas linguísticas inovadoras estáveis e/ou em via de estabilização, já não permite negar a presença de uma norma angolana em fase avançada de construção, cujo processo é, ao que tudo indica, irreversível, conduzindo à necessidade do seu incentivo e apoio institucional à sua investigação e conseqüente redefinição da política linguística vigente (UNDOLO, 2014).

Na definição das variedades emergentes, põe-se com importância capital a questão da existência de uma norma padrão, sendo que, em geral, se acredita que essas variedades não possuem as respetivas normas específicas. Ora, se consideramos, por exemplo, que o PA e o português de Moçambique (PM) constituem variedades nacionais da mesma língua, que é o português, então é evidente que as duas variedades possuem normas próprias, se nos basearmos nos dados empíricos a que temos acesso dos falantes cultos, independentemente do nível da descrição e da sistematização das suas regras. Sabemos que a norma padrão de Portugal, que se visa aplicar a Angola, é a reconhecida como a variedade de maior prestígio e que serve de referência, mas não é expectável que os falantes cultos de Angola, como do Brasil ou de qualquer outro país onde se fale português, partilhem a norma europeia: são variedades distintas e cada uma com a sua norma, sendo que umas são mais próximas entre si do que outras. Por um lado, conforme defende a generalidade dos sociolinguistas, dialetólogos e mesmo historiadores da língua, a variedade padrão não é linguisticamente mais importante ou mais “perfeita” do que as outras variedades; trata-se apenas de uma das variedades escolhidas dentre as várias possíveis, por beneficiar de um estatuto privilegiado, mais por razões políticas, económicas, culturais do que por fatores meramente linguísticos (MIGUEL, 2019).

A análise da situação real do português no contexto angolano é uma tarefa difícil, na medida em que se levantam muitas questões, algumas das quais ainda não suficientemente respondidas, ou cujas respostas se revestem de certa complexidade. Por exemplo, uma das preocupações tem a ver com a definição do contexto histórico e sociológico em que se desenvolveu essa língua, em Angola, desde os seus primórdios até aos nossos dias. Por outro lado, torna-se pertinente compreender de que português se trata, implicando a definição da (s) variedade (s) em causa (MIGUEL, 2019).

3 DIVERSIDADE E CONTATO LINGUÍSTICO: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS ANGOLANO

Para dimensionar a importância do contato e estudos relacionados a esta temática, trouxemos alguns pesquisadores, dentro da ampla literatura que demonstram a grandeza dessa área de estudo, Mendonça (1935), Castro (1983), Mingas (2000), Gonçalves (2012), Lucchesi (2009), Lucchesi e Baxter (2009), Petter (2009). Usando e nos baseando nas hipóteses de transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009) e das influências das línguas africanas (CASTRO, 1983; MINGAS, 2000), adotamos as duas hipóteses como base para abordar sobre o contato e influências linguísticas, assim como, nos servir de fundamento nesse trabalho.

Adotamo-las, por entendermos que em Angola, ao nosso olhar sucedeu-se as duas hipóteses, tanto por via de influências das línguas africanas no português, como também, o processo de transmissão linguística irregular, que foram submetidos os angolanos que não tinham a língua portuguesa como língua primeira.

Petter (2009) entende, que os estudos sobre contatos de línguas e culturais têm servido como base para compreender a história das variedades emergentes do português no mundo todo em geral, em particular em África. Segundo a autora, alguns aspectos históricos e linguísticos servem como estímulo para fazer a comparação sobre as variedades linguísticas para compreender, decerto, como o contato de línguas africanas como o português pode explicar as mudanças das línguas transplantadas. (PETTER, 2009, p.202).

Os estudos sobre as línguas em contato e influências linguísticas constituem base sociolinguística relevante para compreensão do processo de formação das línguas em contextos multiétnicos, além de favorecer abordagens a despeito de como atua seus usos, mediados pela cultura e pelas características da interação. Desse modo, despontando pistas descritivas e analíticas para o fenômeno da variação linguística.

A partir de estudos sociolinguísticos, a análise de alguns fenômenos que constituem dados consideráveis e eloquentes a confirmar a importância de processos interativos entre línguas em contextos plurilíngues e multiétnicos, como é o caso de Luanda, revelando particularidades que dimensionam o quanto a língua oficial (europeia) vai-se replicando em variedades de origem comum que mudam, também, em função do tempo e espaço próprio em que se manifestam.

Tais estudos apontam, além disso, fatores responsáveis pela caracterização multilíngue, dentre os quais destacamos: funções sociais, o *status* relativo dos falantes e da língua e o

domínio linguístico e social. Entre desvios normativos e a caracterização de ‘erros’ as particularidades se compõem (LUCCHESI, 2009).

Em que pese a perspectiva abarcada neste trabalho, tais elementos configurados ao mesmo tempo em subsídios históricos e linguísticos, convém particularmente no sentido de “compreender como o contato de línguas africanas com o português pode explicar as mudanças da língua transplantada”. (PETTER, 2009, p. 202).

Desse ponto, destacamos a contribuição e o papel preponderante, que as línguas africanas de origem angolanas tiveram para a definição e a formação da variedade do português angolano. Não se pode dissociar a contribuição da coexistência entre as línguas africanas (tidas constitucionalmente como línguas nacionais) e o português considerado língua oficial; é dessa coexistência, mesmo que por vezes haja culturalmente uma sobreposição hierárquica, instituindo desigualdade de valor e status ou privilégios na sociedade angolana. Mesmo assim, não devemos esquecer, e é preciso considerar que é através desse diálogo, nem sempre pacífico entre línguas que a variedade aqui ponderada se constitui.

Em Luanda, o contato com os portugueses e sua língua com o povo nativo em sua diversidade étnica e linguística é, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que formaram o português angolano.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que, a diversidade é um elemento fundamental para se compreender a identidade, visto que, é através das diferenças estabelecidas e do convívio entre essas diferenças que, o que é peculiar, específico, se apresenta como algo a ser reconhecido.

No domínio étnico, trata-se de reconhecer o direito à diferença, e conceber a diversidade como um dado culturalmente relevante, rico e potente à criação de possibilidades no sentido de seu enaltecimento, e de favorecer valorização dos sujeitos falantes e suas peculiaridades. De modo mais concreto, no âmbito da língua a consideração das particularidades que compõem seus traços específicos resultante dessa interação e encontro com a diferença é, favorecer o reconhecimento do princípio da igualdade de que se deve desfrutar no contexto em que justamente a diferença requer ser afirmada.

A discussão aqui proposta suscita a demarcação de um lugar específico num contexto de diversidade linguística. A defesa do português angolano como uma língua nacional exige reconhecer que “[...] qualquer menção às línguas nacionais, viabiliza a referência à assunção identitária, à diversidade cultural e linguística, à unidade na diversidade” (MINGAS, 2005, p. 2)

3.1 SOBRE CULTURA, IDENTIDADE LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS ANGOLANO: UMA VARIEDADE A SER RECONHECIDA

Entre língua, cultura e identidade existe uma relação que muito interessa à discussão aqui proposta, na medida em que tais conceitos relacionados refletem consideravelmente o modo como entendemos e qualificamos o Português Angolano, neste trabalho.

Se entendermos a cultura como “o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2005, p. 55), concluiremos que a cultura é mesmo um processo mediado pela língua, sendo esta, peça fundamental para sua constituição. É, pois, nessa consideração que assumimos para o contexto de Luanda o que afirma Timbane (2016, p. 71), ao aludir a relação entre língua e cultura na realidade sociolinguística moçambicana. Diz ele:

A partir do momento em que se tem falantes nativos do português como língua materna essa língua pertence à comunidade e deve responder às necessidades comunicativas daqueles falantes, naquele lugar geográfico. Nesse caso, portanto, o que diferencia o português europeu do angolano é a cultura, porque fica impossível representar uma cultura através de uma língua distante. Há necessidade de trazer a língua para perto de si primeiro, adotando-a e adaptando-a às realidades socioculturais dos falantes que a utilizam.

Tal afirmação remete-nos comparativamente ao contexto luandense para refletirmos o modo como a (s) língua (s) em uma configuração etnolinguística diversa e heterogênea operam em processos de identificação que culminam em afirmação ou negação cultural e identitária. Assim sendo, ressaltamos o valor simbólico da língua enquanto espaço de significação, e, portanto, o seu papel político enquanto pilar da identidade e cultura nacional. Destacamos, conforme Hall (2004, p. 50-51),

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.

Esse processo, ao que subjaz um caráter intersubjetivo, no plano cultural, reverte-se em dado objetivo e palpável, já que uma identidade se conforma e é conformada por valores culturais que desenvolvem visões de mundo e reforçam uma percepção específica a despeito de como conduzir-se nele.

Para Hall (2006), a identidade representa uma de busca por si, por sentido, de uma maior compreensão, quer seja do que se é individual ou coletivamente; indiscutivelmente mediado pela linguagem, pela interação com as diferenças entre sujeitos em interpelação quanto ao seu arcabouço sociocultural: língua, geografia, estrato social, política e tudo o mais que lhe constitui, garantindo um lugar no mundo e, assim, um senso de pertencimento social.

Por esse viés discursivo, interessa-nos tratar da identidade linguística, uma possibilidade que consideramos assertiva mediante os objetivos desse estudo e sua relação com o contexto sociolinguístico e cultural sobre o que buscamos refletir; consideramos para tanto que a construção da identidade linguística está diretamente ligada a processos de identificação que para (SILVA, 2000, p. 106) se dá “[...] a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”.

No contexto sociolinguístico de Luanda, podemos afirmar que essa construção se desenrola de modo complexo e difuso, tendo em vista que apesar da realidade multilíngue em contrapartida existe um aparato discursivo conformado em política linguística de expectativa monolíngue que participa de modo bastante questionável do processo em questão. Em que pese, sobretudo, o estatuto das línguas em geral e o parâmetro normativo da língua oficial a retórica que embala tal discurso em nada favorece a construção de uma identidade linguística afirmativa.

A percepção de que a língua oficial não é a mesma língua referendada pelas práticas comunicacionais cotidianas é o que nos faz reivindicar um estatuto outro para a língua portuguesa em uso em Angola; em especial, assentamos essa discussão no contexto de Luanda por considerarmos a dimensão estatística que informa de modo contundente a relevância desta língua ao tornar-se a língua materna da maior parte da população, que relaciona tal dado a partir de negativas.

Vale lembrar que quando, por exemplo, os angolanos dizem que sua língua materna não é a língua portuguesa, é este discurso permeado pela mesma percepção e sentido de identidade que se contrapõe, ao mesmo tempo, a origem exógena, ao histórico de imposição que remete a tempos coloniais, a rigidez normativa e ao prestígio de que goza essa língua tornada oficial.

Entretanto, mesmo imbuída de um senso identidade e de pertencimento, o que a maior parte da população desconsidera ou não é levada a compreender (nem mesmo pelas instâncias educativas) é que a língua é um organismo vivo; que na dinâmica linguística cotidiana elementos vários, inclusive o convívio com a diversidade e o contato com as línguas tradicionais angolanas, deram-lhe forma e especificidade. Assim, advertimos sobre a necessidade de compreender que a norma não impede apropriações e processos concretos de ressignificações.

E, evidentemente a relação estabelecida pela população entre português “da norma” e o da realidade sociolinguística vigente é atravessada por valores culturais e por processos de identificação que lhes distanciam.

Nesse cenário em que o processo de identificação se estabelece à base de negativas e recusa, faz-se mister destacar a relação entre a identidade linguística e a função das normas, uma discussão que caracteriza, ao nosso ver, argumentos bastantes apropriados no tocante a conformação de um estatuto outro para língua portuguesa ao modo como defendemos:

As normas são, em geral, fator de identificação do grupo, podemos afirmar que o senso de pertencimento inclui o uso das formas de falar características das práticas e expectativas linguísticas do grupo. Nesse sentido, uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas (FARACO, 2008, p. 43).

Concordamos com mesmo autor ao afirmar que “não há normas sem organização” (p.38), logo, não se pode conceber enquanto erro ou desvio o falar próprio dos angolanos em Luanda ou em qualquer outra parte do país, pois “[...] se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de uma outra norma” (p.38).

Nesta mesma direção, argumenta Miguel (2019, p. 142), quando diz que, estudos revelam que “[...] o português encontrou bases políticas, jurídicas e culturais para se tornar a língua de todos os angolanos”.

Ao assumimos isto reafirmamos que assim como o português brasileiro e as línguas crioulas (no contexto asiático e africano) alcançaram *status* legítimo garantido pelo peso da cultura e identidade, o Português Angolano carece de ações concretas no âmbito social e linguístico voltadas aos empreendimentos afirmativos.

Partimos do pressuposto de que, no contexto linguístico angolano, há elementos que distanciam a língua oficial (a língua portuguesa dos padrões normativos) da língua portuguesa falada pela maioria dos angolanos que, comparada com o português brasileiro, por exemplo, se apresenta como uma variedade típica que lhe permite o estatuto de uma língua nacional do Brasil.

A propósito, na mencionada geografia (Brasil), a língua portuguesa é normatizada, possui dicionário e gramática própria além de ser considerada uma língua nacional, dada a consideração de suas peculiaridades.

No contexto angolano, porém, os documentos oficiais legitimam o português como única língua oficial e o coloca à parte das demais línguas em termos classificatórios, corroborados pelas instâncias educativas, contudo, deve-se começar a discutir proposições acerca da coexistência das línguas nacionais angolanas de origem africana e assunção de prestígio oficial destas junto ao Português de origem europeia. Ao passo que, reconhecendo as especificidades do português angolano, considerem-no como uma língua Nacional e se aprecie a possibilidade do ensino bilíngue no contexto da escolarização.

Nos ditos em questão (Constituição da República de Angola e do Projeto de lei do estatuto de línguas nacionais). A variedade aqui assumida por Português de Angola está silenciada, não obstante esteja predominantemente presente nos contextos comunicacionais angolanos.

Assiste-se, assim, uma variedade emergente em construção/definição no que toca ao português falado em Angola, especificamente em Luanda, variedade essa que já vem mostrando suas mudanças desde os primeiros contatos linguísticos. Como atesta Undolo (2014, p. 283) “Em Angola coexistem de facto duas normas, sendo uma, real (a do PA), e a outra ideal (a do PE), correspondente à língua oficial do Estado angolano”. Para Miguel (2008, p. 40), o contato linguístico do português com as diferentes línguas presentes em Angola seria um fator de marcação de uma identidade linguística, pois:

Já não se trata, por conseguinte, de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abasileirou.

Vale ressaltar que, dentre os países membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), Angola segue como o que mais cresce em número de falantes; donde se afere contingencialmente mais de 70% da população tendo o português como língua materna ou segunda. Em termos mais específicos no que diz respeito às estatísticas, a língua portuguesa é utilizada majoritariamente na capital do país e nos centros urbanos, um contraponto à realidade linguística das áreas rurais, onde as línguas consideradas nacionais, (destacando-se as da família linguística Bantu) circulam fortemente como elemento integrador, emissário de identidade, pertencimento e resistência.

Essa população, cuja maioria quantitativa, é caracterizada nas estatísticas como falantes é a mesma que não domina os padrões normativos representados pela adequação

da língua oficial e, em certa medida, os rejeita à vista das práticas linguísticas cujas características típicas da língua em uso corroboram a existência de uma variedade não admitida nos textos mencionados.

Os fatos relacionados creditam à língua no território angolano uma característica peculiar e, ao mesmo tempo intrigante, em se tratando das contradições e dos dilemas que se fundam, em tese, por meio delas.

Junto a tais fatos posicionamos o debate sobre demarcações linguísticas e seu caráter hegemônico que de modo algum pode ser conceituado como neutro ou imparcial, visto que é a língua inscrita entre práticas, políticas e nas entrelinhas dos desígnios e seleções engendrados por instâncias autorizadas, ainda que uma diversidade de grupos e interesses exista na dinâmica de usos e reelaborações. A língua é produto destas implicações e, portanto, lócus privilegiados de poder, e disputas.

Quanto à questão do ensino e aprendizagem do português em Angola, há ainda muitas dificuldades, carecendo, assim de melhorias e qualificação não apenas, para o ensino que considere peculiaridades dessa variação linguística bem como seu valor, mas também, para implementação de uma proposta bilíngue ou multilíngue de educação.

Conforme já estudado em distintos campos acadêmicos e comprovado, fica cada vez mais evidente, que o melhor sistema de ensino e de educação, a se adotar nos países com características e contextos multilíngues como o caso de Angola, é o ensino bilíngue.

Para sustentar esta afirmação, fomos a busca de estudos feitos nos últimos anos, “esses estudos são fundamentais para a afirmação de uma variedade particular de português”, portanto, nessa área relacionados ao país. Um dos trabalhos é a pesquisa do estudioso Isaac Paxé, professor, doutor em Educação (2014) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), leciona atualmente nos programas de graduação (Licenciatura) e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) em Luanda, Angola, vocacionado à formação de professores e outros profissionais da educação. Tem como interesse de pesquisa na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, principalmente sobre os seguintes temas: gestão democrática de sistemas e de unidades escolares, custos da educação, análise de políticas educacionais e financiamento público da Educação e políticas de formação de professores. Paxé (2014), sua tese de doutorado foi neste ano, em que ele aborda sobre *políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação*, que examina o modo como a política pública educacional vigente efetiva a educação em Angola, como um direito fundamental previsto na constituição do país.

Bernardo (2018), possui graduação em Linguística pela Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Letras, Angola-Luanda (2013). Mestrado em Sociolinguística e Dialectologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Doutorando em Sociolinguística e Dialectologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador e Professor assistente do Instituto Superior de Ciências da Educação - Cabinda (ISCED). Tem dedicado o seu interesse nas áreas de sociolinguística, Variação linguística, políticas públicas e implicações no ensino e políticas linguísticas em contexto de diversidade linguística (línguas como fator de inclusão e ou exclusão, nos contextos de ensino, justiça e sistemas de saúde) em contextos multilíngue colonial e pós-colonial, enunciados proverbiais como elemento de identidade linguístico-cultural, Toponímias e onomásticas. Bernardo (2018), *política linguística para o ensino bilíngue em Angola*, é o título da sua dissertação, o trabalho aborda sobre o multilinguístico em Angola, resultante da diversidade linguística e sociocultural, e exige que se une as línguas nacionais como meio de ensino, o autor argumenta ainda, que o cenário linguístico de Angola é propício para a implementação do ensino bilíngue.

Chicumba (2019), doutor em Linguística pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras, é professor e pesquisador, autor de *A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais*, procura trazer na sua pesquisa, a necessidade e a importância do ensino bilíngue e das línguas nacionais no país, no que concerne ao processo de escolarização, contribuindo assim, para uma educação inclusiva, que tenha no centro do seu eixo o saber linguístico materno que o aluno traz consigo como herança da sua comunidade de pertença.

Elias Flores Kanusse, graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2020), mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2022). Kanusse (2020), o seu trabalho de conclusão de curso teve como o título, *ensino de língua portuguesa em Angola: um olhar à província do Namibe*, onde o autor, analisa os livros didáticos de ensino de língua portuguesa da 7^a a 13^a classe de Angola, preocupando-se com a realidade do ensino da língua portuguesa no país, onde a norma linguística usada nos livros didáticos é portuguesa/variedade europeia do idioma, e não é considerado o português angolano na elaboração dos livros, ademais, ao mesmo tempo que direciona especificamente “um olhar à província do Namibe”, para discussão e reflexão quanto a realidade do ensino de língua portuguesa ministrada na sua província natal, assim sendo, e sobre o real valor dado as diversidades linguísticas de Angola, a variedade do português local e a importância da valorização da língua materna do aluno.

Zau (2011), talvez um dos primeiros estudos a afirmar de forma incisiva na defesa da nacionalização da língua portuguesa falada em Angola. Possui doutorado pela Universidade da

Beira Interior-Portugal (2011), (departamento de letras). É professor, pesquisador. Na sua tese de doutorado intitulado: *a língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Zau, procurar trazer a necessidade de uma discussão da língua portuguesa em Angola, em função disso, dando assim, o seu contributo para investigações futuras sobre a sua nacionalização no país. A partir desse contexto, é propriamente no 3 capítulo desta tese, onde o autor discute a questão do bilinguismo em Angola, e, portanto, da necessidade, e a importância de se instituir uma alfabetização em bilíngue no sistema de ensino do país.

O que estes trabalhos acima citados têm em comum e em consagração é a maneira como eles observam, identificam e demonstram a questão do multilinguísticos e bilinguismo em Angola, e acima tudo, sobre a questão do ensino e educação multi-bilíngue no país, e a pauta da diversidade e variedade linguística na escola e dentro de sala de aula, a valorização da diversidade linguística e da variação linguística no que concerne ao país e a escola onde esse mesmo país reside. É como eles agregam, concebem, postulam, sobre a diversidade linguística e variação linguística dentro da sala de aula.

A variedade angolana do português deve ser encarada como um fator de enriquecimento social e cultural. A mesma ponderação apresentada por Mingas (2005) a respeito da questão linguística naquele território nos serve também a língua portuguesa no modo que lhe mencionamos. Qualquer menção a ela nesse sentido, “viabiliza a referência à assunção identitária, à diversidade cultural e linguística, a unidade na diversidade”. Diz a autora, que falar destas línguas “é falar de lutas, de concessões/ cumplicidades, de oposições, de construção enfim”.

A defesa de um estatuto de nacionalidade face a qual se coloca este estudo é o que direciona as reflexões a seguir; a partir dela apresentamos uma breve revisão de literatura e dialogamos com autores que sedimentaram caminhos argumentativos para tal defesa.

4 QUADRO PRONOMINAL NA LÍNGUA PORTUGUESA

A partir do que fora postulado nos estudos feitos anteriormente, foi possível constatar a redução ou forma diferenciada na aplicação de flexão de caso no português brasileiro falado, característica que atesta mais uma vez o distanciamento do português brasileiro (PB) e português europeu (PE), onde concordamos com a Mendes e Lucchesi quando afirmam que, “esse aspecto, por um lado, evidencia o distanciamento entre as variedades europeia e brasileira da língua portuguesa, e, por outro, reforça a hipótese da bipolarização do português brasileiro em duas grandes vertentes- a culta e a popular” (LUCCHESI, 2002 *apud* MENDES, 2013, p.2).

Afirmação essa, que dialoga com a realidade angolana, onde podemos encontrar de igual modo essa bipolaridade da norma do português, norma-padrão e, entretanto, a norma-culta /popular (MENDES, 2013, p. 2).

A língua portuguesa foi generalizada em Angola após o período pós-independência e se firma como língua oficial (INVERNO, 2008, p. 117). Por um longo período, o português foi apenas língua de instrução e restrita aos espaços político-administrativos e dominada por uma pequena parcela da população, em sua maioria, portugueses ou angolanos assimilados. No entanto, nos últimos anos, há um importante crescimento do número de angolanos que já possuem a língua portuguesa como língua materna, assim como as diferentes línguas nacionais presentes no país.

O *status* de língua oficial reservado ao português, para além de condições económico-sociais, fazem com que a língua adquira essa percentagem. Essa supremacia da língua portuguesa, que vem aumentando constantemente, no entanto, levou a um “vazio” ou silenciamento das línguas autóctones, dificultando, inclusive, suas documentações e descrições. De acordo com Silva (2011, p. 2, apud UNDOLO, 2011, p. 64), as razões desse “silenciamento” devem-se:

(i) a política colonial integracionista de Portugal, que combatia e penalizava o uso das línguas autóctones, chegando ao ponto de condicionar a autorização do estudo científico de qualquer língua bantu ao compromisso firmado pelo pesquisador de não divulgar o resultado das suas pesquisas dentro das fronteiras de Angola;

(ii) o genocídio cultural promovido pelo regime colonial, facto que provocou o preconceito social pelo uso das línguas autóctones nos grandes centros urbanos, onde a cultura portuguesa exerceu grande influência no comportamento social;

(iii) o impacto de cerca de 40 anos de luta pela independência e 30 anos de guerra civil.

Fizemos uma revisão bibliográfica, relacionada aos pronomes pessoais no português falado em Angola, destacando os principais estudos que retratam essa temática. Observando a realidade angolana, podemos perceber que existe uma mudança linguística quanto a essa questão do sistema pronominal.

Nesse aspecto, pesquisas como a da linguista angolana Miguel (2003) e outros estudiosos, demonstram que, de certa maneira, o funcionamento quanto aos pronomes no português angolano, diferencia-se ou, melhor dizendo, apresentam um certo distanciamento em relação ao português europeu. De acordo com a autora, “o emprego dos pronomes pessoais no português de Luanda, caracterizam-se pela forma não consideradas pela norma padrão em Angola”, com uso, por exemplo, de (o lo/s) e (lhe/s).

Que fatores condicionam as realizações pronominais no português angolano? Quais são as características do emprego dos pronomes pessoais no português de Luanda? Quais são as causas subjacentes ao uso da flexão de caso pronominal no português de Luanda?

A despeito das nossas perguntas iniciais, segundo Miguel (2003), os fatores condicionantes dos empregos linguísticos inovadores (em relação ao PE) no português de Luanda, seriam os seguintes: primeiro, a aprendizagem do português como língua segunda, a escola (responsável pela formação da competência linguística e comunicativa dos alunos), os meios de comunicação social e a língua materna dos utentes- o Kimbundu. A pesquisadora observou que, no português angolano ocorrem frequentes derivas na colocação do pronome na frase, e que, isso ocorre em todos os utentes de todos os escalões sociais da sociedade angolana. Fator que leva a autora a constatar que, “a pronominalização no português de Luanda apresenta, com muita evidência, desvios em relação à norma europeia-padrão oficial do português de Angola”.

Em consonância com a Miguel, a linguista Inverno postula que, a ordem de colocação dos pronomes no português vernáculo angolano é semelhante a atestada nas línguas bantu. (INVERNO, 2009, p. 102), no entanto, essa ideia também já havia sido levantada, pelas pesquisas anteriores que abordavam este mesmo fenômeno, pelas autoras e pesquisadoras angolanas, como, a Mingas e Miguel. Inverno vai nos afirmar que, nesse processo acontece uma reestruturação parcial (INVERNO, 2009), conceito pelo qual, vai na mesma linhagem com o pesquisador Lucchesi, quando atestou sobre o processo de “transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas” (LUCCHESI; MENDES, 2013, p. 472).

Para nos orientar acerca de uma revisão bibliográfica sobre o nosso objeto de pesquisa, que é discutir a identidade sociolinguística do português em Angola, a partir da investigação do uso pronominal no português falado de Luanda, utilizaremos como norteadores os estudos que se aproximam desse tema, com foco para as produções nos últimos quinze anos, tendo em vista os materiais achados que se adequam a esse recorte específico, mesmo sendo com dados coletados em outros países que não especificamente Angola. Dentre eles, os estudos de Teixeira E. (2008), Mendes (2009; 2016) Lucchesi e Mendes (2009) podem nortear discussões acerca da flexão de caso pronominal.

Eliana Sandra Pitombo Teixeira, possui doutorado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2002). Atualmente professora aposentada da Universidade Estadual de Feira de Santana. Membro do grupo de pesquisa constituição, variação e mudança do/no português brasileiro, coordenou as duas fases do projeto “*Em busca das raízes do Português Brasileiro -*

fase III Estudos morfossintáticos”. As fases I e II tiveram como objetivos principais a formação de banco de dados de falantes nativos e não nativos do português da comunidade de Luanda; descrição e análise do material coletado nos níveis lexical e morfossintático.

No seu estudo realizado em (2009) dissertação de mestrado, intitulado: *A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular do interior do estado da Bahia*, Mendes, aborda sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular do interior do estado da Bahia, realizadas nas comunidades de Santo Antônio de Jesus e comunidade de Poções, e as comunidades de fala de interior de cidade médio porte, como Feira de Santana e comunidade de fala urbanas, como Salvador e a sua região Metropolitana onde essas conclusões desse estudo são rerepresentadas em Lucchesi e Mendes (2009).

O estudo de Mendes (2016) refere-se a uma tese de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, no qual a autora busca analisar a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia, a fim de observar a distribuição do fenômeno – na estrutura linguística e social – no *continuum* de urbanização do português brasileiro, que se estende das variedades rurais mais isoladas às variedades urbanas cultas. Para análise, tal qual nosso estudo propõe, a autora utilizou os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista através do referencial teórico de LABOV (2008) e, para a observação do fenômeno linguístico, optou pela definição de duas variantes linguísticas: o pronome flexionado e o pronome não flexionado, através do paradigma de primeira pessoa do singular à análise estatística. Para embasamento de sua pesquisa, a autora utilizou especialmente o modelo de polarização sociolinguística de Lucchesi (2001; 2002; 2015).

Os resultados evidenciaram uma simplificação mais extrema na flexão de casos dos pronomes pessoais. De acordo com Mendes (2016), o discurso da maioria dos falantes analisados foi afetado, independentemente de suas formas possuírem ou não natureza nominal. De um modo geral, as normas objetivas brasileiras, sejam elas cultas ou populares, sofreram mudanças de acordo com o contexto sócio-histórico, promovendo condições diatópicas muito diferentes.

Segundo Lucchesi e Mendes (2002), “Dentre os aspectos da estrutura da gramática que diferenciam o português brasileiro do português europeu está a propriedade de os pronomes pessoais assumirem formas diferentes consoante a função sintática que desempenhem, a chamada flexão de caso dos pronomes pessoais, que se manteve na passagem do latim ao português, diferentemente do que ocorreu com os nomes”. No Brasil, a substituição dos pronomes *tu* e *vós* da 2ª pessoa do discurso pela forma *você* (s) e do pronome da 1ª pessoa do

plural nós pela forma a gente levaram a uma forte simplificação morfológica, já que essas formas, de origem nominal, não se flexionam quanto ao caso. Essa redução da flexão de caso dos pronomes pessoais é ainda acentuada no Brasil com o uso crescente da forma de sujeito do pronome da 3ª pessoa nas funções de objeto direto e indireto. Já em Portugal, a grande vitalidade de *tu* em todo o país (e de *vós*, em algumas regiões do Norte) e a baixa produtividade de *a gente* mantêm quase intacta a flexão de caso dos pronomes pessoais, até porque também não se observa em Portugal a substituição dos clíticos *o (a/os/as)* e *lhe (s)* pela forma do caso reto *ele (a) (s)* (LUCHECI; MENDES, 2002)

Em Angola, similarmente, observa-se/constata-se a mesma semelhança com o Brasil, no que concerne ao uso e a substituição dos pronomes pessoais *Tu* e *Vós* da segunda pessoa do discurso pela forma *Você (s)*, mas ao contrário do que se observa no português brasileiro, o pronome da primeira pessoa do plural “*Nós*” mantem-se e a forma “*A gente*” já começa a entrar, embora de forma mais tímida, mas não com a mesma frequência comparado como acontece no Brasil. No entanto, uma outra variação, que também se observa no PA, é a substituição dos clíticos *o (a/os/as)* e *lhe (s)* pela forma do caso reto *ele (a) (s)*. Como vários estudiosos e pesquisadores apontam. Assim como bem observou Miguel (2003), que o pronome complemento direto de 3ª pessoa (*o, a, os, as*) estão praticamente banidos da linguagem popular, sendo substituídos por “*lhe/s*” ou por “*le/s* ou “*ele/a/s*”

Quadro 04: Quadro pronominal do português angolano caso reto

PESSOA	FORMAS
1sg	Eu
2sg	Tu – Você
3sg	Ele – Ela
1pl	Nós – A gente
2pl	Vocês
3pl	Eles

Fonte: Oliveira e Santos (2007, p. 91).

A partir do quadro, acima, extraído de Oliveira e Santos (2007), podemos observar a presença do pronome “a gente”, que são dados que reafirmam a variação e corroboram, assim, os dados foram encontrados nos dados das entrevistas do *corpus* desta pesquisa.

De modo similar, a pesquisadora Balsalobre, também enverga na mesma pesquisa, onde a autora investiga as formas de tratamento no português angolano, brasileiro e moçambicano, chegando a concluir que “o português de Angola, caracteriza-se pela ausência de pronome sujeito, com conseqüente marca de pessoa na desinência verbal”. E que desta forma, apresenta,

[...] um repertório mais amplo para dirigirem-se ao interlocutor e demonstrarem estratificação de formalidade, isto é, eles empregam tanto os pronomes *tu, você e o senhor/a senhora*, quanto as desinências de segunda e de terceira pessoa – enquanto que o Brasil usa apenas os pronomes para essa distinção (BALSALOBRE, 2015, p. 147).

Na busca de verificar, se o uso oral do clítico “lhe (s)” ocorrem também no âmbito literário angolano, assim, como ocorrem em dados orais, o autor Lai li, segue os passos de Figueiredo e Oliveira (2003), para estudar os clíticos do português angolano, analisados, a partir do literário. O autor chega, portanto, a mesma conclusão com os seus antecessores, onde ele relata que, “os nossos resultados apontam para achados idênticos aos de Figueiredo e Oliveira (2003), não havendo distinção nos usos de “lhe (s)” nos contextos de fala e de escrita. Como tal é lícita a pretensão de se atribuir o estatuto de variedade ao Português Angolano PANG.

Assim como nós defendemos neste trabalho, e outros estudiosos e pesquisadores, o linguista Lai I, defende a mesma ideia de que, “à reclamação de que os usos do PANG não devem ser vistos como marginais ou errados, mas como especificidades que marcam a “angolanidade” do português falado no país e que colocam, na pauta, a necessidade de se atribuir a este o estatuto de variedade” (LAI I, p. 58-59).

O que temos observado em vários estudos e vários autores é na verdade como postulam Figueiredo e Oliveira, as pesquisas tenderem em, “tomarem apenas como base para comparações o sistema pronominal do PE” (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013, p.174).

No entanto, fenômenos como os que se observaram neste trabalho têm sido negligenciados pelas gramáticas e outros materiais didáticos em Angola, que não dão conta da realidade linguística do país. Dessa forma, sugere-se que, a exemplo do que vem acontecendo no Brasil, se olhe para a verdadeira identidade do português angolano e se passe a refletir as suas reais especificidades de uso em materiais de ensino apropriados, que se demarquem da atual visão tradicionalista e deslocada, mas tida como categórica (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013, p. 175)

Assim como, Figueiredo e Oliveira (2013), Miguel (2003), já ressaltava na altura sobre essa particularidade do português falado em Angola, como podemos ver nas suas palavras a seguir “Indiscutivelmente que este idioma apresenta aqui usos peculiares que começam a exigir uma sistematização para permitir que, no futuro, eles possam ser considerados como variantes do português de Angola” (MIGUEL, 2003, p. 20).

Assim sendo, para que os usos linguísticos dos angolanos não sejam ou continuam a serem considerados “erros” e “penalizados”, urge a necessidade, a importância/relevância de normatizar e nacionalizar esta variedade do português Angolano. Como já havia sido apontado pela Miguel

[...] urge, pois, dinamizar o estudo do comportamento da LP em Angola no plano sincrônico, no contexto sociolinguístico angolano, em que os fenômenos linguísticos provocados pela co-ocorrência de várias línguas contribuem, certamente, para a gênese de uma variante do português, com características próprias (MIGUEL, 2003, p. 21).

4.1 A VARIAÇÃO *NÓS* E A *GENTE*

Diversos estudos têm focalizado mudanças no sistema pronominal no português brasileiro (GALVES, 1993; LOPES, 1999, 2005; MENON, 1997; MONTEIRO, 1994, entre outros). Nesses estudos, postula-se, inclusive, que a gramática do português brasileiro (PB) se distingue da do português europeu (PE), principalmente, devido à reorganização nesse sistema, além das mudanças que se relacionam à ordenação das palavras. Ressaltamos que embora existam diversos fenômenos variáveis que abordam as transformações no sistema pronominal (a exemplo dos possessivos), neste estudo, abordamos prioritariamente a implementação da forma *a gente* no subsistema dos pronomes pessoais. O uso alternado das formas *nós* e *a gente* como pronomes de primeira pessoa do plural configura-se como um fenômeno inegável no português brasileiro contemporâneo, o qual acaba por se manifestar, conseqüentemente, em suas diversas e inúmeras comunidades de fala. Observamos, no entanto, que faltam estudos sobre essa temática em variedades africanas do português, lacuna que a nossa pesquisa visa a suprimir.

Como exposto, no Brasil, tem sido muito estudada a variação *nós/a gente*, tanto no que diz respeito a dados orais quanto a escritos (cf. LOPES, 1999, 2002, OMENA, 1986, 2003 e Zilles 2002, 2007, entre outros). Essas pesquisas demonstram a passagem do substantivo *gente* para o pronome *a gente*, evidenciando um progressivo aumento de uso da forma inovadora na função de pronome e um decréscimo na função de substantivo, diferentemente do que ocorre

em outras línguas românicas, como o italiano, espanhol, catalão e francês, que conservam a forma “*gente*” como substantivo.

O Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa registra a seguinte etimologia do vocábulo *gente*: grupamento familiar, clã, a casa em sua totalidade, família, povo, raça, geração, prole; (pl.) estrangeiros, bárbaros (com relação aos romanos); pagãos, gentios, idólatras (por oposição aos judeus e aos cristãos). Observa-se, portanto, que o substantivo *gente*, originalmente, tem uma acepção de um nome coletivo, fator decisivo para assumir, posteriormente, o valor de indefinidade, o valor [+genérico], correspondente ao significado de “toda e qualquer pessoa”, traço esse ainda presente no PB, uma vez que, pesquisas revelam que o uso de *a gente* na função de sujeito é motivado quando o falante insere-se num grupo grande e indeterminado (OMENA, 2003).

Assim, Lopes (2002, p. 33), que delimita cronologicamente a fase histórica em que se processa essa transição de nome para pronome, assegura que o processo de pronominalização do substantivo *gente* foi “lento e gradual, dado que só foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome no século XVIII. “Antes disso, há ocorrências esporádicas em que a forma apresenta ambiguidade interpretativa, isto é, tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante de *nós*.”

Devido às relações entre Portugal e Angola, julgamos que seria importante pesquisar como está o processo de variação entre as formas *nós* e *a gente* em Portugal. Para tanto, tivemos conhecimento do estudo de Araújo e Almeida (2014), em que as autoras citam o estudo de Araújo (inédito) sobre a implementação da forma *a gente* no português europeu, mais precisamente no português rural de Portugal. Os dados para análise foram retirados do *Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN)*, disponibilizado na *Internet*. Foram recolhidos dados de comunidades do Norte (Viana do Castelo e Vila Real), do Centro (Santarém e Portalegre) e do Sul (Faro e Beja) de Portugal.

As autoras ressaltam que há ocorrências em que se vê uma flexão de número com a expressão *a gente* (algo não encontrado com os dados do PB utilizados na análise desse trabalho), conforme ilustram os exemplos seguintes:

- (1) Eu disse para ele: "Eu não sou político, nem quero saber da política". Disse: "Olhe, *as gentes* são *boas*"!... (Santarém, masc., 79 anos, baixa escolaridade)
- (2) Ah, batemos à porta, (quem é e quem não é), mas a mulher viu logo que *era gente preparados, bem preparados*, começou logo a mirar. (Beja, masc., 64 anos, 4ª classe)

- (3) Mas houve altura até que *a gente era obrigados*. (Beja, masc., 64 anos, 4ª classe)
- (4) E o homem disse: "O senhor quer fazer uma acção *que a gente fica orgulhosos* lá no trabalho? (Santarém, fem., 60 anos, analfabeta)

As autoras também salientam que foram encontradas algumas sentenças com o emprego de *a gente* com a presença do quantificador *toda*, que é muito empregado com substantivos, vide exemplos abaixo:

- (5) E eu gosto de conversar e de me entender *com toda a gente* porque não há nada mais bonito que é a boa união. (Santarém, masc., 78 anos, escolaridade não informada)
- (6) Então por que é o que o senhor não disse lá no centro social quem é que era o Cristiano? *Toda a gente* dizia quem era, que sou só eu. (Que eu é que sou) Cristiano [...] (Santarém, fem., 60 anos, analfabeta)
- (7) [...] há bichoziinho nenhum desses que *toda a gente* tem [...] (Santarém, masc., 69 anos, analfabeto)
- (8) *Toda a gente* dizia que a água que não ia lá! Não era só o patrão: era o guarda, era os carreiros, era...

As autoras concluem “Ao que parece, no PE, a gramaticalização da forma pronominal ainda guarda vestígios mais evidentes da forma substantiva (*a gente*, estando, assim, no estágio da *persistência*, proposto por Hopper (1991)”. (ARAUJO; ALMEIDA, 2014, p. 150). A fim de nos certificarmos disso, tivemos acesso aos dados utilizados por Araújo (inédito), os quais foram quantificados, cujos resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 1: Uso de *nós* e *a gente* no português popular rural de Portugal

<i>Nós</i>	<i>A gente</i>
120/617	497/617
19.4%	80.6%

A taxa de frequência nos dados do CORDIAL-SIN revela que a implementação da forma *a gente* como variante do pronome *nós* encontra-se bem avançada, estando, nesse ponto, semelhante ao que ocorre no português popular brasileiro conforme dados de Omena (1996):

Tabela 2: Uso de *nós* e *a gente* na fala popular brasileira (dados do Peul – Omena, 1996)

<i>Nós</i>	<i>A gente</i>
722/2701	1979/2701
27%	73%

No PE, no entanto, observamos que o uso das formas pronominais *nós* e *a gente* encontra-se praticamente circunscrito na função de nominativo, sendo poucos os casos em que ocorrem usos muito comuns no PB, os que exibem perda de caso nos pronomes, do tipo “Ele foi mais *a gente*”, “Ele beijou *nós*”. Nesse sentido, o controle da variável *Uso de nós e a gente em diferentes contextos sintáticos* foi importante para se observar o processo de difusão da forma inovadora no sistema de pronomes na língua portuguesa. A tabela seguinte exhibe os resultados encontrados. Sublinha-se que, em termos absolutos de ocorrências, a diferença numérica entre a quantidade de exemplo com nominativos e as demais é bastante alta:

Tabela 3: Uso de *nós* e *a gente* em diferentes contextos sintáticos na fala portuguesa rural

Funções sintáticas	<i>A gente</i>	<i>Nós</i>
Nominativo	452/555 82.4%	103/555 18.6%
Genitivo	17/26 65.4%	9/26 34.6%
Oblíquo	28/36 77.8%	8/36 22.2%
TOTAL	497/617 80.6%	120/617 19.4%

Fonte da tabela 3

Assim, conclui-se que, embora a frequência de *a gente* na função de sujeito seja semelhante no PE e no PB, o uso de *a gente* está mais avançado na variedade brasileira, o que leva a se considerar que, na sua formação, houve necessidade de falantes de outras línguas, notadamente das africanas, gramaticalizarem itens lexicais devido à otimização dos itens disponíveis, algo comum no processo de aquisição de segunda língua por falantes adultos (BAXTER; LUCCHESI, 1999). Os resultados da pesquisa⁴ realizada com dados do português

⁴ Dados pertencentes ao projeto “Vertentes do Português Popular da Bahia”, sediado na UFBA.

afro-brasileiro de Helvécia, realizada por Araújo (2004) comprovam essa afirmação, pois o contexto em que mais ocorre o uso de *a gente* é justamente na função de genitivo e oblíquo: genitivo (92.1%), oblíquo (82.2%) e nominativo (64.1%).

Na seção 4 desta dissertação, apresentamos os resultados desta pesquisa, sendo tomado como *corpus* dados levantados no nosso *corpus* de pesquisa, ou seja, dados gravados na cidade de Luanda. O objetivo principal é identificar se há uma “angolanidade” no português falado em Luanda no que concerne ao uso variável *nós* e *a gente*. Antes disso, contudo, será apresentada, na próxima seção, a metodologia utilizada nesta pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O USO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS ANGOLANO

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados da análise qualitativa e quantitativa da variação das formas do uso dos pronomes pessoais *nós* e *a gente* obtidos na amostra do português falado em Luanda. Após uma sucinta exposição sobre a metodologia empregada para a análise empírica, são apresentados a distribuição dos resultados gerais encontrados. Em seguida, apresentam-se as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes que atuam no condicionamento da variação das formas do uso dos pronomes pessoais focalizados neste estudo. Por fim, busca-se comparar tais resultados com os alcançados por outros pesquisadores no que se refere ao fenômeno estudado nesta pesquisa.

5.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Antes de apresentar os resultados apresentados, faz-se necessário tecer considerações acerca da metodologia utilizada nesta pesquisa. A perspectiva metodológica adotada é de cunho

variacionista, isto é, foram usados programas computacionais para verificar, por meio do controle das variáveis linguísticas e sociais, os fatores que favorecem ou não o uso do “nós” e do “a gente”. Além disso, foi utilizada uma pesquisa documental, a fim de entender a realidade sociolinguística de Angola. Essa decisão de realizar um estudo sócio-histórico e linguístico se justifica pelo fato de acreditarmos que “o progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para o entendimento das línguas e dos seus condicionantes” (NARO, 2003, p. 25)

Para a análise do português urbano luandense, os dados foram recolhidos da amostra de fala constituída por meio de entrevistas sociolinguísticas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador). Essas entrevistas foram gravadas em Luanda e pertencem ao projeto de pesquisa “*Em busca das raízes do português brasileiro*”, que está na sua terceira fase - estudos morfossintáticos. Esse projeto está sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo sido oficializado em 2009, por meio da portaria 036/2009 expedida por seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Portaria CONSEPEP/UEFS 13.04.2009). É também certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS), com o número de parecer favorável 140.511 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 15582219.1.0000.5546. O referido projeto tem a coordenação da Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo e é vinculado ao NELP da UEFS.

Do universo geral de 56 entrevistas que constituem o *corpus*, utilizamos apenas 32. Essa decisão foi tomada por meio do critério da autodeclaração do português como L1 ou L2. As 32 são de participantes que informaram, no momento da entrevista, ter o português como L1. A seguir, no quadro 5, há apresentação de como foram preenchidas as células.

Quadro 5: Apresentação do preenchimento das células do corpus analisado

Faixa etária	A– 21 a 35 anos		B– 36 a 51 anos		C– 52 anos em diante	
Baixa ou nula escolaridade	2 H	2 M	1 H	2 M	1 H	2 M
Ensino Médio	2 H	2 M	2 H	2 M	2 H	1 M
Ensino Superior	2 H	2 M	2 H	2 M	1 H	2 M

Fonte: elaboração própria

Esta pesquisa pode ser identificada como quanti e qualitativa, dado o seu caráter analítico-interpretativo. Para este trabalho, consideramos premente (haja vista a defesa do estatuto de nacionalidade relacionada à língua em questão) analisar os documentos institucionais envolvidos nas definições relativas à língua portuguesa no território angolano,

alçando circunscrições ideológicas no contexto das políticas linguísticas, com este objetivo articulamos os métodos da análise documental (centrada particularmente na apreciação de textos oficiais, como a Constituição da República de Angola e do Projeto de lei do estatuto de línguas) e a revisão de literatura enquanto instrumentos que fornecerão o suporte bibliográfico necessário ao desenvolvimento da pesquisa e às questões colocadas nesse sentido. Para além dessas questões, foram seguidos os passos da metodologia sociolinguística.

No quadro 6, são apresentadas as variáveis controladas neste estudo variacionista.

Quadro 6: Variáveis linguísticas utilizadas na análise sociolinguística no Português

Luandense

Variáveis	Fatores
Nível de referencialidade	<ul style="list-style-type: none"> • eu ([+ específico]) • eu + você(s) ([+ específico]) • eu + ele(s) – sem você (s) ([+ específico]) • eu + você(s) + ele(s) ([+específico]) • Grupo de contornos pouco definidos (- específico]) • Sujeito indeterminado ([- específico])
Paralelismo discursivo	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira menção • Precedido por <i>nós</i> • Precedido por <i>a gente</i> • Forma isolada
Paralelismo formal	<ul style="list-style-type: none"> • Forma isolada ou primeira referência • Precedido por <i>nós</i> + verbo com desinência – mos/-mo, na oração anterior • Precedido por <i>nós</i> + verbo com desinência zero, na oração anterior • Precedido por verbo com desinência – mos/-mo, sem sujeito realizado, na oração anterior • Precedido por <i>a gente</i> + verbo com desinência – mos/-mo, na oração anterior • Precedido por <i>a gente</i> + verbo com desinência zero na oração anterior • Precedido por verbo com desinência zero, sem sujeito realizado, na oração anterior
Faixa etária	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa A (21 a 35 anos) – Média 28 anos • Faixa B (36 a 51 anos) – Média 43 anos • Faixa C (52 anos em diante) -Média 58 anos
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Nível 1- Baixa ou Nula • Nível 2- Ensino Médio • Nível 3- Ensino Superior

Língua materna	<ul style="list-style-type: none"> • Português • Línguas locais
----------------	---

Fonte: elaboração própria

4.1.1 RESULTADOS GERAIS

De acordo com a metodologia adotada neste trabalho, foram ouvidos dados que pertencem ao *corpus* do trabalho, sendo levantadas e codificadas todas as ocorrências referentes ao uso variável de *nós* e *a gente* como primeira pessoa do plural.

Após o levantamento dos dados, foram encontradas um total de 472 ocorrências, que constituíram a base de dados desta pesquisa. Desse universo, 396 foram do pronome *nós* e de 76 ocorrências de *a gente*. Ressalta-se que, em diversos momentos das etapas de levantamentos e de codificação dos dados, recorreu-se à escuta dos áudios das entrevistas, a fim de que fossem reparadas quaisquer dúvidas a respeito das transcrições realizadas nas entrevistas.

O cômputo geral dessa pesquisa é apresentado na Tabela 07, a seguir:

Tabela 4: Distribuição geral dos resultados nas subamostras pesquisadas

VARIANTES	Nº DE APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Nós	396/472	83.9%
A gente	76/472	16.1%

Fonte: elaborado pelo autor

O Gráfico 2, a seguir, permite-nos enxergar melhor os resultados obtidos:

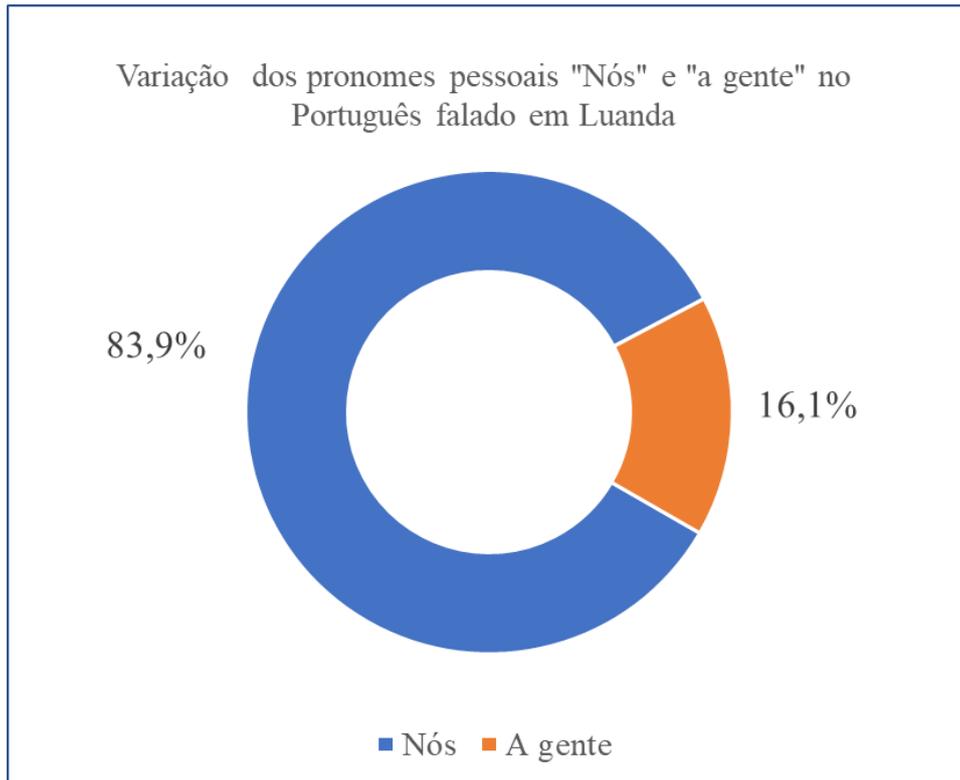


Gráfico 2- Distribuição geral dos resultados de dados de fala do português falado em Luanda

Fonte: elaborado pelo autor

A seguir, apresentamos alguns exemplos retirados da amostra de fala analisada para ilustrar o fenômeno linguístico variável analisado:

(09) “**A gente** pensa numa maneira depois sai outra” (*F, Faixa III, B, I*)

(10) “Muitas vezes eu assistia muitos filmes e **nós** vínhamos aqui na [...] do Roque que antigamente aqui era uma praça e **nós** brincávamos de Cowboy” (*M, Faixa III, B, C*).

(11) “De rede, né. **Nós** pescamos numa aqui na Baía” (*M, Faixa II, B, C*)

(12) “É bom viver em Luanda porque **a gente** já habitou com o clima né” (*M, Faixa II, B, C*).

(13) “Então **a gente** vamos no rio, pescar, voltamos ao rio umas horas que e tal é prontos brincávamos mais muito com a bola, jogar a bola, Certo”. (*M, Faixa II, B, I*).

(14) “Da igreja que **a gente** praticava mais, era muito a cantar”. (*M, Faixa II, B, I*).

Nesse aspecto, chama atenção a variação na concordância nos exemplos anteriores, por tanto, a implementação da forma *a gente* no subsistema dos pronomes pessoais e o seu uso

alternado com a forma *nós* como pronomes de primeira pessoa do plural, no português falado em Luanda, configura-se, assim, como um fenômeno variável, sendo a variante “nós” a mais produtiva, apresentando, em termos percentuais, 83, 9% do cômputo geral dos dados.

Com base nos resultados quantitativos gerais apresentados acima, podemos depreender que este trabalho diverge com os diversos estudos que se têm debruçado sobre a variação dos pronomes “nós” e “a gente” no PB (GALVES, 1993; LOPES, 1999, 2005; MENON, 1997; MONTEIRO, 1994, entre outros) e no PE (RUBIO, 2012), visto que os resultados obtidos por outros pesquisadores mostram que a variante mais produtiva nessas variedades é a forma “a gente”.

A divergência entre o PB e o PA refuta a nossa hipótese inicial de que, em relação a esse fenômeno, o PA compartilharia semelhanças com o PB e se distanciaria do PE. Vale pontuar, no entanto, que foram encontrados dados de concordância com a forma pronominal “a gente” com o verbo flexionado na primeira pessoa do plural, fenômeno que não é frequente no PB, posto que ocorre em casos hipercorreção. Bechara (2009) explica que, em relação à flexão verbal, na forma pronominal *a gente*, o verbo fica na 3ª pessoa do singular, enquanto o pronome *nós* deixa o verbo na 1ª pessoa do plural. Os estudos linguísticos sobre concordância verbal, por sua vez, também não encontram dados com a forma *a gente* e a forma verbal flexionada com marca de primeira pessoa (cf. ARAUJO, 2014). Dessa forma, há uma distância entre a prescrição e o uso do português de Luanda e, de igual modo, uma discrepância com os resultados das pesquisas linguísticas. A fim de ilustrar, seguem exemplos retirados da amostra do português urbano falado em Luanda:

(15) - “Então *a gente* vamos no rio, pescar, voltamos ao rio umas horas que e tal é prontos brincávamos mais muito com a bola, jogar a bola, Certo”. (*M, Faixa II, B, I*).

(16) - “No momento assim que *a gente* tamos mesmo, quer dizer, nesse mês, eu encontrei já os outros a se queixar que os clientes não aparece”. (*M, Faixa II, B, I*).

(17) - “Então, *a gente* com aquele sentimento que *a gente* vimos eu pensava que se fosse eu queria era minha mulher então acho que as coisa me leviam um bocado”. (*M, Faixa II, B, I*).

(18) - “Eu falo o Umbundu com quem, quer dizer com os meus amigos do próprios, conforme que *a gente* estamos unidos”. (*M, Faixa II, B, I*).

Quanto aos resultados gerais concernentes aos usos de *nós* e *a gente*, na Tabela 05, a seguir, há um quadro comparativo dos resultados obtidos com esta investigação com os

alcançados por outros pesquisadores em amostras da variedade europeia e da brasileira. Com essa comparação, é possível analisar se há uma norma genuinamente angolana.

Tabela 5: Quadro comparativo do uso de *nós* e *a gente* nas três variedades do português

Variedades	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>
PE (Araújo, INÉDITO)	120/617- 19.4%	497/617- 80.6%
PB (OMENA, 1996)	722/2701- 27%	1979/2701- 73%
PA (este trabalho)	396/472 - 83.9%	76/472- 16.1%

Fonte: Elaboração própria

Analisando esse quadro comparativo, é possível notar que, quantitativamente, a variedade angolana apresenta um comportamento particular, posto que, diferente da variedade brasileira e da europeia, a variante mais produtiva é “nós”, enquanto, no PB e no PE, há alta produtividade de “a gente” na função sintática de sujeito. No entanto, para se ter resultados mais conclusivos, fez-se necessária uma análise em termos quantitativos e qualitativos dos diferentes contextos sintáticos de “nós” e de “a gente” e não apenas na função nominativa. Ao ser feita uma busca nos dados analisados, constatou-se que todas as ocorrências da forma “a gente” encontravam-se na função de sujeito (caso nominativo). Nesse sentido, ratificam essa informação os resultados encontrados por Trindade (2021) que, ao investigar o uso dos pronomes possessivos em Luanda, não encontrou nenhuma ocorrência da forma possessiva analítica (da gente). Assim, pode-se postular que PB e PE colocam-se como duas normas antagônicas, ao passo que o PANG vincula-se ao PE no que tange a este fenômeno, em termos qualitativos dos usos de *nós* e *a gente*. Obviamente, o curso da variação/mudança pode implementar o uso de *a gente* em outras funções sintáticas ao longo do tempo.

Assim, a princípio, esses resultados refutaram a nossa expectativa de que encontraríamos similaridade entre a norma angolana e a brasileira, tendo em vista que, conforme advoga Petter (2009), há um *continuum afro-brasileiro* entre as variedades não europeias do português.

Nessa perspectiva, vale pontuar a discussão suscitada por Silva e Araújo (2020), na qual os pesquisadores realizam uma revisão da literatura reunindo estudos sociolinguísticos que analisaram diferentes fenômenos variáveis desenvolvidos a respeito do português de Angola e concluem que há uma instabilidade na norma angolana, posto que ora essa variedade se aproxima do PB, ora do PE, o que ratifica a tese defendida por Teixeira (2013); Inverno (2004) de que essa variedade está em formação.

Essa particularidade encontrada no computo geral da alternância dos pronomes “nós” e “a gente” nos leva a refletir que a norma que tem emergido em Angola há traços próprios, e essas particularidades sociolinguísticas que caracterizam a norma objetiva dessa nação, sendo fruto do multilinguismo que sempre foi uma tônica no país, bem como de ser relativamente recente a saída dos portugueses colonizadores de Angola. Por essas razões, defendemos que a língua portuguesa já pode ser considerada o estatuto de língua nacional.

O foco de interesse desta investigação é a alternância de “nós” e “a gente” na função nominativa. No entanto, outros usos do quadro pronominal chamam a nossa atenção por evidenciar uma “angolanidade”.

Almeida (2009) estudou a variação “te” e “lhe” na realidade linguística de Salvador, capital da Bahia. Em síntese, os dados mostram que o clítico “lhe” exerce tanto a função de dativo, conforme prescreve a norma-padrão de Portugal, quanto de oblíquo “acusativo”. A seguir, apresentamos alguns exemplos extraídos do *corpus* de língua falada de Luanda para mostrar o “lhe” com função acusativa, apresentando uma diferença entre a recomendação gramatical e o uso.

(19) “Então, **lhês metemos** no azulinhos da polícia” (*M, Faixa II, B, I*).

(20) “Memo que você não **lhe conhece**.” (*M, Faixa II, B, C*)

(21) “Porque há homens que você **lhe vê** que é homem” (*M, Faixa II, B, I*)

Outro traço no quadro pronominal observado é a alternância entre as variantes “tu” e “você” na função de sujeito.

(22) “Tem que mandar alguém, e onde que eu cresci tem que mandar alguém, com a fulana. E esta fulana era amiga, é que vou conversar com a fulana “aquele fulano gosta de ti”. Gosta mesmo de mim? Olá, **você** gosta sim? “Eu gosto.” Então [ININT] eu também gosto muito dele, e **você** vai atrás me ter. Não é hoje que [ININT], nós a mulher praticamente estamos a se oferecer, antigamente, não! E antigamente não! Aqui ver **você** uma a conversar só assim com o moço, não.” (*F, Faixa I, I, B*).

(23) “INF: Muito diferente. Por quê? Eu, quando tava a crescer, eu tava a estudar. **Você** não pode ver as jovem namorar assim na rua. É, tem que ser discipli... o quê? Tipo, organizado, o quê? É, organizado, né, **você** num pode namorar. Então pai tá lá, mãe tá lá, **você** tá a namorar?”

(24) “Sim, eu tenho uma canção que minha mãe cantava e eu gostava muito quando eu era criança: “Fui a fonte buscar água, mas não tinha um companheiro, se **tu** quiser, eu te acompanho na ruazita da primavera pelo caminho, brincamos tanto com caneta do nosso encanto, mas minha mãe não me bateu, que grande dó do coração, que grande dó do coração.” (F, Faixa I, C, B).

(25)” Muito, muito se **você** não arruma, acorda, as vezes os filhos deles ficavam assim a dormir - **tu** tens que fazer todo trabalho de casa, se **tu** não faças, **tu** no comes e no comes e as vezes, eu as vezes dizia assim “tia, quero ir também ir a escola’,’ faz: ir a escola fazer o que? Achas que eu tenho capacidade de pagar a escola pra ti?’’ É uma senhora muito má, mas agora também já tá velhinha” (F, Faixa II, I, B)

Ainda nos aspectos dos quadros pronominais, vale mencionar o trabalho de Silva (2022) a respeito da ordenação dos clíticos pronominais em lexias verbais simples. O pesquisador encontrou uma discrepância entre a norma objetiva europeia e a prescrição gramatical e o uso, pois, no português luandense, o pronome inicia a sentença, como pode ser verificado nos exemplos a seguir:

Ex. (26) “Gostei muito de ti como é que se chama? **Se chamo A.**” (F, Faixa A, Nível I, I) (SILVA, 2022, p. 101).

Ex. (27): “**Me esqueço** também já, me esqueço um pouco” (M, Faixa B, Nível II, I) (SILVA, 2022, p.101).

Ex. (28): “**Me chamo A.** [ININT] da C.” (M, Faixa C, Nível I, C) (SILVA, 2022, p. 101).

Ex. (29): “Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no Samba 2. Lhe dei o endereço da minha casa” (F, Faixa C, Nível I, I) (SILVA, 2022, p.101).

Segundo Silva (2022), próclise, nesse ambiente sintático, evidencia uma diferença radical entre o português de Luanda e a norma do seu antigo colonizador e, por outro lado, uma aproximação, em termos qualitativos, com o PB e a variedade moçambicana.

Dado o exposto, podemos afirmar que a língua portuguesa que tem se constituído como a norma angolana apresenta traços que convergem com o do colonizador, mas já é possível identificar características que particularizam o português angolano. Por isso, acreditamos que o português, seja como L1, seja como L2, já constitui uma língua nacional.

Doravante, passa-se a analisar as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes para o condicionamento do fenômeno em análise.

5.1.2 VARIÁVEIS SELECIONADAS

Nesta subseção, são analisados os resultados das variáveis selecionadas na análise quantitativa dos dados, com a utilização do *Goldvarb X*.

Foram selecionadas, nesta ordem, as seguintes variáveis, como condicionadoras da escolha da variante pronominal: as variáveis selecionadas como relevantes para aplicação da regra de uso pronominal *a gente* na função de sujeito no português falado em Luanda foram as variáveis: Paralelismo formal e Escolaridade.

Tendo sido controladas seis variáveis (linguísticas e socioculturais), apenas foram selecionadas como estatisticamente relevantes para o fenômeno em estudo duas variáveis, uma linguística e outra sociocultural, a saber paralelismo formal e nível de escolaridade.

Quanto ao “Paralelismo formal”, controlou-se os fatores seguinte, forma isolada ou primeira referência, precedido por *nós* + verbo com desinência *-mos/-mo*, na oração anterior, precedido por *nós* + verbo com desinência ϕ , na oração anterior, precedido por verbo com desinência *-mos/-mo*, sem sujeito realizado, na oração anterior, precedido por *a gente* + verbo com desinência *-mos/-mo*, na oração anterior, precedido por *a gente* + verbo com desinência ϕ , na oração anterior, precedido por verbo com desinência ϕ , sem sujeito realizado, na oração anterior. Só foram encontrados dados com os fatores (a) forma isolada ou primeira referência, (b) precedido por *nós* + verbo com desinência *-mos/-mo*, na oração anterior e (e) precedido por *a gente* + verbo com desinência *-mos/-mo*, na oração anterior. Quanto a este terceiro fator, houve *knockout*, pois os seis dados levantados foram todos com a forma *a gente*. Assim, descartando estes dados, usando o recurso barra inclinada no *Goldvarb X*, os resultados encontrados foram:

Tabela 6: O uso da forma *a gente* na função de sujeito no português falado em Luanda segundo a variável Paralelismo Formal

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Forma isolada ou primeira referência	65/195	33.3%	0.87
Precedido por <i>nós</i> + verbo com desinência <i>-mos/-</i>	5/271	1.8%	0.20

<i>mo</i> , na oração anterior			
--------------------------------	--	--	--

Os resultados evidenciam que os participantes não têm a forma inovadora “a gente” muito produtiva em seu vernáculo. A forma *nós* é ainda muito atuante, de modo que, quando o falante opta por usá-la (e com a marca de concordância número pessoal) tende a repetir o uso, desfavorecendo o uso da forma *a gente*, com peso relativo no valor de 0.20.

Quanto à variável “Escolaridade”, foram controlados os fatores “Baixa ou nula escolaridade”, “Ensino médio” e “Ensino superior”, sendo que o uso das formas *nós* e *a gente* como pronomes de primeira pessoa do plural diverge entre os falantes que têm o nível de escolaridade baixa ou nula e daqueles que têm o nível de escolaridade superior. Desse modo, entre os falantes que têm o nível de escolaridade baixa ou nula, predomina mais esse uso da forma *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural. Os resultados são apresentados na Tabela 7:

Tabela 7: O uso da forma *a gente* na função de sujeito no português falado em Luanda segundo a variável faixa etária do participante da pesquisa

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Baixa ou nula	59/168	35.1%	0.85
Ensino Médio	14/109	12.8%	0.61
Ensino Superior	3/195	1.5%	0.14

Nesse sentido, os falantes que possuem o nível superior de escolaridade, predomina mais o uso de formas *nós* como pronome de primeira pessoa do plural. A variável escolaridade foi um fator crucial para constatar que o uso das formas pronominais *nós* e *a gente* no português falado em Luanda ainda tem bem delimitado a questão do prestígio da forma tradicional *nós*, pois, à proporção que o nível de escolaridade aumentam, os falantes evitam a forma inovadora *a gente*.

Assim, foi um fator de confirmação, que o uso da variação *a gente* como primeira pessoa do plural é usado pelos falantes que têm um nível de escolaridade baixa, de acordo com os resultados obtidos pelo sistema computacional. Resultados estes que dialogam com os estudos de Araújo e Almeida (2014), em que as autoras evidenciam o estudo (inédito) realizado por Araújo sobre a implementação da forma *a gente* no português europeu, mais concretamente no português rural de Portugal. A maioria dos falantes que têm uso da forma *a gente* possuem uma escolaridade baixa ou nula, dados que convergem com os nossos resultados obtidos no *corpus*

desta pesquisa, pois os participantes pertencentes ao grupo que usa a norma popular e possuem um nível de escolaridade baixa ou nula. Essa realidade destoa do que ocorre no PB, haja vista que a implementação está muito avançada, sendo a forma *a gente* utilizada independentemente da escolaridade do participante (LOPES, 2002).

Os resultados evidenciam que, não obstante o que evidencia a literatura, a exemplo de Undolo (2014), sobre a existência de uma distância enorme entre a língua oficial e a língua das práticas cotidianas, no que tange ao fenômeno estudado neste trabalho, ainda está o processo de variação/mudança inicial. E, assim sendo, evidenciam a polarização sociolinguística existente no português falado em Luanda e demonstram a relevância de considerar o contexto sócio-histórico e da realidade do país.

Portanto, a nossa hipótese aventada nesse trabalho confirma-se ao vermos que de fato na sociedade angolana há uma norma usada no cotidiano e a outra sendo usada na escola, criando assim, um abismo muito grande na sociedade angolana, como postula Undolo (2014).

Salientamos ainda que, foram encontrados também algumas sentenças com ocorrências pronominais de forma *lhe* no *corpus* desta pesquisa, ocupando a posição proclítica na sua 3^a pessoa. Resultados estes, semelhantes aos achados do PLB (português do Libolo), demonstrado nos estudos de Figueiredo e Oliveira (2013) e Undolo (2014), que se assemelham aos estudos realizados neste trabalho, e demonstram assim, essa característica existente no português angolano.

(30) Então *lhes* metemos no azulinhos da polícia. (F, Faixa III, B, I)

(31) Memo que você não *lhe* conhece. (F, Faixa III, B, I)

(32) Porque há homens que você *lhe* vê é homem. (F, Faixa III, B, I)

Embora a variável “língua materna” não tenha sido selecionada como relevante estatisticamente, podemos compreender a partir das falas dos entrevistados de Luanda, como eles consideram e percebem isso, e, de certo modo, como é entendido a questão do ensino das línguas nacionais em Angola, especificamente, relacionado a ensino e educação bilíngue em Angola. Estudos como de (cf. SILVA; SENE; ARAÚJO, 2018) abordam acerca desta temática e se utilizam de igual modo, dos dados do *corpus* do projeto de pesquisa “*Em busca das raízes do português brasileiro*”, na sua terceira fase - estudos morfossintáticos. Sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que também, são usados nesta pesquisa.

Os autores retratam sobre as questões sócio-históricas e sobre as crenças linguísticas constituídas na sociedade angolana e no português falado em Luanda-Angola. A partir dessa

análise, em que de maneira idêntica, nós concordamos e aventamos de igual modo na nossa pesquisa, a título de exemplificação daquilo que o nosso trabalho defende. Trouxemos trechos retirados das entrevistas do *corpus* do trabalho, com o propósito de demonstrarmos na prática exatamente aquilo o que nós defendemos nesta pesquisa.

DOC: O que achas de nós implementarmos a língua nacional nas escolas? A partir de agora vamos usar a língua nacional nas escolas

INF:(A.F.C) - *Faz que é muito bom porque às vezes jovens que não falam sua língua. No caso do meu esposo, ele não sabe falar a língua dele, ele também é do Kwanza sul... Acho que é muito bom, cada jovem aprendesse a falar a sua língua*

DOC: Com quantos anos aprendeu português?

INF: (A) *Eu... Aos 6 anos, quando fui a escola.*

DOC: E acha que as línguas nacionais deveriam ser ensinadas nas escolas?

INF: *Acho que deviam, deviam ser ensinadas. Porque faz parte da nossa cultura, a cultura não é só no vestir, no comer, mas também a fala né. Então quando não se ensina, chegará o momento em que os idosos, os avós não estarão no nosso meio então quem vai esticar, quem vai elevar as nossas línguas. Não temos pessoas capazes.*

Depois de constatar estas afirmações e contribuições, fica perceptível para nós entender, que de facto, esse fenómeno existe em Angola, devemos estudá-lo e fazer compreender ou entender a quem é direito e quem trabalha com as políticas linguísticas e políticas públicas, portanto, criar condições em torno da defesa de uma diversidade linguística em Angola. Para... que todas as línguas angolanas e faladas no território angolano, possam viver em harmonia, respeitando as variedades e as diversidade de cada um.

6 CONCLUSÕES

Esta dissertação, pautou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, o objetivo principal de nosso trabalho foi investigar o português como língua nacional angolana, uma análise a partir da investigação do uso variável das formas pronominais *nós* e *a gente*. E nesse sentido, trazer a necessidade de compreendê-la para além de língua oficial e discuti-la como uma parte da identidade linguística e cultural dos angolanos ao lado das demais línguas consideradas nacionais.

A perspectiva de análise adota a abordagem qualitativa e quantitativa em pesquisa e, em termos procedimentais, os dados orais da análise foram coletados em campo, transcritos, levantados e analisados nas entrevistas sociolinguísticas que foram gravadas em 2008 e 2013, em amostra de *corpora* do português falado em Luanda, extraídos e pertencentes ao banco de dados no âmbito do projeto de pesquisa, *Em busca das raízes do português brasileiro*, na sua terceira fase, vinculado ao NELP da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Conforme foi apontado na justificativa desta dissertação, os nossos estudos com o português angolano iniciaram-se desde a graduação. Um dos principais motivos para se estudar a variedade angolana da língua portuguesa, deu-se por ser falante nativo dessa mesma variedade e por considerá-la minha língua materna, língua primeira e conseqüentemente, minha língua nacional.

No que concerne ao quadro pronominal, a princípio a pesquisa tinha como iniciativa, investigar a flexão de caso pronominal, depois a pesquisa tomou outro rumo, mudando nesse sentido, o título da pesquisa, a partir da troca de fenômeno. Ademais, a flexão de caso continua tendo presença no trabalho, mas não é o foco principal.

Após a realização de todo processo metodológico, da codificação dos dados, e o levantamento dos dados, na amostra analisada da pesquisa, encontrou-se um total de 472 ocorrências de dados, que constituíram assim, a base de dados desta pesquisa. Desse universo, 396 foram do pronome *nós* e de 76 ocorrências de *a gente*. Portanto, concretizando assim, a porcentagem 83.9% do pronome *nós* e de 16.1% da forma pronominal *a gente*.

Nesse aspecto, portanto, a implementação da forma *a gente* no subsistema dos pronomes pessoais e o seu uso alternado com a forma *nós* como pronomes de primeira pessoa do plural, no português falado em Luanda, configura-se, assim, como um fenômeno variável, sendo a variante “*nós*” a mais produtiva, apresentando, em termos percentuais, 83,9% do cômputo geral dos dados.

No que tange aos resultados das variáveis da análise quantitativa dos dados com a utilização do programa estatístico Goldvarb X, foram selecionadas como relevantes quanto a aplicação da regra do uso pronominal *a gente* na função de sujeito as variáveis: *Paralelismo Formal* e *Escolaridade*. O uso da forma *a gente* na função de sujeito no português falado em Luanda, segundo à variável *Paralelismo Formal*, possui as seguintes características: primeiro, forma isolada ou primeira referência com a aplicação total de 65/195, possuindo assim, 33.3% de porcentagem com o peso relativo de 0.87. Segundo, precedido por *nós* + verbo com desinência – *mos/-mo*, na oração anterior, tendo a aplicação total de 5/271, com 1.8% de porcentagem e 0.20 de peso relativo.

Quanto à variável *Escolaridade*, foram controlados os fatores “Baixa ou nula escolaridade”, “Ensino médio” e “Ensino superior”, Desse modo, o nível de escolaridade baixa ou nula, foi predominante no uso da forma pronominal *a gente*, como pronome de primeira pessoa do plural.

Nesse sentido, os falantes que possuem o nível superior de escolaridade, predomina mais o uso de forma pronominal *nós* como pronome de primeira pessoa do plural. Essa realidade destoa do que ocorre no PB, haja vista que a implementação está muito avançada, sendo a forma *a gente* utilizada independentemente da escolaridade do participante (LOPES, 2002).

Os resultados evidenciam que, não obstante o que evidencia a literatura, a exemplo de Undolo (2014), sobre a existência de uma distância enorme entre a língua oficial e a língua das práticas cotidianas, no que tange ao fenômeno estudado neste trabalho, ainda está o processo de variação/mudança inicial. E, assim sendo, evidenciam a polarização sociolinguística existente no português falado em Luanda e demonstram a relevância de considerar o contexto sócio-histórico e da realidade do país.

Portanto, a nossa hipótese aventada nesse trabalho confirma-se ao vermos que, de fato na sociedade angolana há uma norma usada no quotidiano e a outra sendo usada na escola, criando assim, um abismo muito grande na sociedade angolana, como postula Undolo (2014).

Salientamos ainda que, foram encontrados também algumas sentenças com ocorrências pronominais de forma *lhe* no *corpus* desta pesquisa, ocupando a posição proclítica na sua 3^a pessoa. Resultados estes, semelhantes aos achados do PLB (português do Libolo), demonstrado nos estudos de Figueiredo e Oliveira (2013) e Undolo (2014), que se assemelham aos estudos realizados neste trabalho, e demonstram assim, essa característica existente no português angolano.

Com base nos resultados quantitativos gerais apresentados acima, podemos depreender que este trabalho diverge com os diversos estudos que se têm debruçado sobre a variação dos

pronomes “nós” e “a gente” no PB (GALVES, 1993; LOPES, 1999, 2005; MENON, 1997; MONTEIRO, 1994, entre outros) e no PE (RUBIO, 2012), visto que os resultados obtidos por outros pesquisadores mostram que a variante mais produtiva nessas variedades é a forma “a gente”.

Diante do exposto, a divergência entre o PB e o PA refuta a nossa hipótese inicial, de que, em relação a esse fenômeno, o PA compartilharia semelhanças com o PB e se distanciaria do PE. Vale pontuar, no entanto, que foram encontrados dados de concordância com a forma pronominal “a gente” com o verbo flexionado na primeira pessoa do plural, fenômeno que não é frequente no PB, posto que ocorre em casos hipercorreção. Bechara (2009) explica que, em relação à flexão verbal, na forma pronominal *a gente*, o verbo fica na 3^a pessoa do singular, enquanto o pronome *nós* deixa o verbo na 1^a pessoa do plural. Os estudos linguísticos sobre concordância verbal, por sua vez, também não encontram dados com a forma *a gente* e a forma verbal flexionada com marca de primeira pessoa (cf. ARAUJO, 2014). Dessa forma, há uma distância entre a prescrição e o uso do português de Luanda e, de igual modo, uma discrepância com os resultados das pesquisas linguísticas.

Além disso, analisando esse quadro comparativo das três variedades do português (PE, PB e PA), é possível notar que, quantitativamente, a variedade angolana apresenta um comportamento particular, posto que, diferente da variedade brasileira e da europeia, a variante mais produtiva é “nós”, enquanto, no PB e no PE, há alta produtividade de “a gente” na função sintática de sujeito.

No entanto, para se ter resultados mais conclusivos, fez-se necessária uma análise em termos quantitativos e qualitativos dos diferentes contextos sintáticos de “nós” e de “a gente” e não apenas na função nominativa. Ao ser feita uma busca nos dados analisados, constatou-se que todas as ocorrências da forma “a gente” encontravam-se na função de sujeito (caso nominativo). Nesse sentido, ratificam essa informação os resultados encontrados por Trindade (2021) que, ao investigar o uso dos pronomes possessivos em Luanda, não encontrou nenhuma ocorrência da forma possessiva analítica (*da gente*). Assim, pode-se postular que PB e PE colocam-se como duas normas antagônicas, ao passo que o PANG distancia-se ao PE no que tange a este fenômeno, em termos qualitativos dos usos de *nós* e *a gente*. Como é demonstrado na (Tabela 5: Quadro comparativo do uso de *nós* e *a gente* nas três variedades do português), nessa dissertação. Obviamente, o curso da variação/mudança pode implementar o uso de *a gente* em outras funções sintáticas ao longo do tempo.

Assim, a princípio, esses resultados refutaram a nossa expectativa de que encontraríamos similaridade entre a norma angolana e a brasileira, tendo em vista que,

conforme advoga Petter (2009), há um *continuum afro-brasileiro* entre as variedades não europeias do português.

O foco de interesse desta investigação é a alternância de “nós” e “a gente” na função nominativa. No entanto, outros usos do quadro pronominal chamam a nossa atenção por evidenciar uma “angolanidade”.

Dessa maneira, Salientamos ainda que, foram encontrados também algumas sentenças com ocorrências pronominais de forma *lhe* no *corpus* desta pesquisa, ocupando a posição proclítica na sua 3^a pessoa. Resultados estes, semelhantes aos achados do PLB (português do Libolo), demonstrado nos estudos de Figueiredo e Oliveira (2013) e Undolo (2014), que se assemelham aos estudos realizados neste trabalho, e demonstram assim, essa característica existente no português angolano.

Em síntese essa particularidade encontrada no computo geral da alternância dos pronomes “nós” e “a gente” nos leva a refletir que a norma que tem emergido em Angola há traços próprios, e essas particularidades sociolinguísticas que caracterizam a norma objetiva dessa nação, sendo fruto do multilinguismo que sempre foi uma tônica no país, bem como de ser relativamente recente a saída dos portugueses colonizadores de Angola. Por essas razões, defendemos que a língua portuguesa já pode ser considerada o estatuto de língua nacional.

Em última análise, esta pesquisa, é um trabalho que colabora em defesa do estatuto de nacionalidade da variedade da língua em questão, o português angolano.

Destarte, como etapas futuras, pretendemos dar continuidade e aprofundamento ao estudo sobre o fenômeno, a partir das lacunas da pesquisa atual, e das questões surgidas.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Ana Luiza. ? De vos, de tu, de usted? Las formas de tratamientos entre los jóvenes guatemaltecos. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. **As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais**. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- ADRIANO, Paulino Soma. **Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em angola: divergências em relação à norma europeia**. Évora, 2014.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Gilce de Sousa. **Uso variável dos pronomes-objeto na expressão do dativo e do acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus- BA**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 256f, 2014.
- ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da república de Angola**: vista e aprovada em 21 de Janeiro de 2010. Acesso em: <https://governo.gov.ao/ao/angola/a-constituicao/>, em 20/07/2021.
- ANGOLA. Ministério da Cultura [**Projeto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais (2011)**]. Projeto de lei do estatuto de línguas nacionais.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Rosiane. **A forma possessiva DA GENTE em comunidades rurais do semiárido baiano**. In: Norma Lucia Fernandes de Almeida; Zenaide Oliveira Novais Caneiro. (Org.). *Variação linguística no semiárido baiano*. 1ed. Feira de Santana: UEFS Editora, v. 1, p. 137-173, 2014.
- ARAUJO, Silvana. Silva. de. Farias e SILVA. Manoel. Crispiano. Alves. da. **A formação da identidade linguística do português falado em Angola**: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. 78 Revista Philologus, Ano 26, n. 76. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2020.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo, Parábola Editorial. 200p, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo, Parábola Editorial, 2007.
- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 346f, 2015.
- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Fotografias como estratégia metodológica: perscrutando formas de tratamento pronominais brasileiras, moçambicanas e angolanas**. LaborHistórico, Rio de Janeiro, 1 (1): 132-148, jan. | jun. 2015.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia; KANUSSE, Elias Flores. **Língua portuguesa em Angola**: breve discussão sobre situação de seu ensino na Província do Namibe. Paranaíba, Interfaces da Educ, v.11, n.32, p. 606 - 631, 2020.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. **A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil**. Estudos lingüísticos e literários, Salvador, n.19, p.65-84, 1997.

BENVENISTE, E.. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1988.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. **Política linguística para o ensino bilíngue em angola**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José, SEVERO, Cristine Gorski. **Políticas linguísticas em Angola sobre as políticas educativas in (ex) cludentes**. V. 17, N. 2; jun 25, 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/498>. Acesso: 02 de janeiro, 2022.

BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BIRMINGHAM, David. **A Conquista Portuguesa de Angola**. Porto: A Regra do Jogo, 1974.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. Politeness: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: GIGLIOLI, P. P. (Ed.) **Language and social context**: selected readings. England: Penguin Books, 1972, [1960].

CASTILHO, A. **“A gramaticalização”**. Estudos Lingüísticos e literários, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFBA, 19:25-64, 1997.

CASTELL, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. V. 2. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CAUSSE-CATHCART, Mercedes. Mi vida, mi amor, mi corazón... formas de tratamiento en el habla de la ciudad de Santiago de Cuba. In: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. **As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol**: variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da UFF, 2011.

CINTRA, L. F. L. (1972). **Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte/Colecção Horizonte 18. Figueiredo (2004).

CHICUMBA, Mateus Segunda. **A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais**. Tese (doutorado) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 176f, 2019.

DIAS, J. **As primeiras penetrações portuguesas em África**. In: ALBUQUERQUE, L. (org). Portugal no mundo. Vol. I, 281-299. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

DUARTE, Inês. **Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise**. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 21-26, 2000.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Second edition. New York: Longman, 2001a [1989]. 316 _____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001b [1992]. (Tradução Izabel Magalhães).

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer a norma linguística**. São Paulo: Contexto, 224p, 2017.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. **Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil**. In: OLIVEIRA, M.S.D. & ARAUJO, G.A. *O Português na África Atlântica*. Humanitas: FAPESP, p. 47-97, 2018.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. **Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza Sul, Angola. “Projeto Libolo” - Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**. Vol 1. Lisboa: Chiado, 2015.

FIGUEIREDO, Carlos; OLIVEIRA, Márcia S. Duarte. **Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização**. PAPIA, São Paulo, 23(2), p. 105-185, Jul/Dez 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. Organização e tradução de Roberto Machado, 1979.

GALVES, Charlotte. **O enfraquecimento da concordância no português brasileiro**. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. Cap. XII, p. 387-406, 1993.

GIVÓN, T. **From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy**. In: GIVÓN, T. (Ed.). *Syntax and Semantics*, v. 12: *Discourse and syntax*, 1979.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GONÇALVES, Perpétua. **Contacto de línguas em Moçambique: algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação de um novo léxico do português**. In: ROSAE: *linguística histórica, história das línguas e outras histórias / Tânia Lobo ... [et al.] (Org.)*. Salvador: EDUFBA, p.401, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 eds. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNANDEZ, Leite. **A África na sala de aula**. 2ª ed. rev. São Paulo: Selo Negro. HEINE, B. (eds.): *Approaches to grammaticalization, Volume I*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company. Labov, 2008.

HOPPER, P. **On some principles of grammaticization**. In: TRAUGOTT, E. C. &, 1991.

INE, Instituto Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda: Luanda, 2016.

INVERNO, Liliana. **A transição de Angola para o português vernáculo**: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, A.M. (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, p. 87-106, 2009.

INVERNO, Liliana. **A transição de Angola para o português**: Uma história sociolinguística. In: SOUSA, J.S. et al (coords). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p.117-129, 2008.

KANUSSE, Elias Flores. **Ensino de língua portuguesa em Angola**: um olhar à província do Namibe, 2020.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**, Tradução M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso, São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Principles of linguistic change – interna factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1999.

LOPES, Célia Regina dos Santos. “**De gente para a gente**: o século XIX como fase de transição.” In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a História do Português Brasileiro – Novos Estudos*. São Paulo, Humanitas /FLP/USP, p. 25-46, 2002.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A gramaticalização de 'a gente' em português em tempo real de longa e de curta duração**: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *Fórum Lingüístico (UFSC)*, v. 4, p. 47-80, 2007.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português**. 01. ed. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, v. 18. 174 p, 2003.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso da Linguística neste século**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afrobrasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2000.

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil**. DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, n. 1. p. 97-132, 2001.

LUCCHESI, Dante. **Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolingüística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. **Norma lingüística e realidade social**. In: BAGNO, Marcos (Org). Lingüística da Norma. 2. ed. São Paulo: Loyola, p.63-90, 2002.

LUCCHESI, Dante. **O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil**. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: Letras, p. 272-84, 2003.

LUCCHESI, Dante; et al. **O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas**. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs). O português afrobrasileiro. Salvador: EDUFBA, p.75-100, 2009.

LUCCHESI, Dante; MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso dos pronomes pessoais**. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, pp. 471- 488, 2009.

LUCCHESI; Dante; BAXTER; Alan. **A transmissão lingüística irregular**. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, p. 101-124, 2009.

LUCCHESI, Dante. **História do contato entre línguas no Brasil**. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MANJATE, Teresa Maria Alfredo. **A representação do poder nos provérbios tsonga**. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Românica. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), 2010.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEILLET, A. **L'évolution des formes grammaticales**. In: MEILLET, A. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Champion, p. 130-148, 1912.

MENON, O. P. S. **A gente/ a pessoa dans le portugais parle du Bresil, ou comment un fait du present peut em expliquer un autre Du passe**. In: XVI EME Congres International des Linguistes, Paris, França, 1997.

MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso dos pronomes pessoais no Português popular do interior do estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 127 f. 2009.

MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso pronominal no continuum do português popular da Bahia**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 270 f.: il, 2016.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

MIGUEL, Maria Helena. **A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica**. Lucere 5, ano 4, p. 35-48, 2008.

MIGUEL, Maria Helena. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Nzila, 2003.

MIGUEL, Afonso João. **Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no Português Oral de Luanda**. Tese (doutorado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 401 f.:, 2019.

MIGUEL, Afonso. **Construção da História da Variedade do Português Angolano**. Luanda, 05 Jun. 2021. Facebook: Ngola Linguística. Disponível em: <https://www.facebook.com/angola.linguistico>. Acesso em: 16 Maio 2023.

MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MOTA, M. A. **Varição e diversidade linguística em Portugal**. In: Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa, Mateus, Maria Helena Mira (coord.). Lisboa: Edições Colibri, pp. 27-34, 2001.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NARO, Anthony Julius. **Modelos quantitativos e tratamento estatístico**. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.) Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação. São Paulo, Contexto, p.15-25, 2003, [1994].

NEVES, Maria Helena de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, p. 39-53.

NDOMBELE, E.D e QUIMUANGA, D.F. **Reflexão sobre a evolução semântica no português falado em Luanda- Angola**. REVISTA FÓRUM IDENTIDADES [Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 28, p. 237-253, set.-dez. de 2018.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. **Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola- um estudo preliminar**. Filol. lingüíst. port., n. 9, p. 85-101, 2007.

OLIVEIRA, Josane Moreira. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 254 f, 2006.

OMENA, Nelize Pires de. **A referência à primeira pessoa do discurso no plural**. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Ed. UFRJ, p.183-215, 1996.

OMENA, Nelize Pires de. **A Referência à Primeira Pessoa no Plural: Variação ou Mudança?** In.: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.) Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 63-80, 2003.

PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação**. Tese de (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 217 f, 2014.

PELLISSIER, R. **Histórias das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)**. Vols. I e II. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **O continuum afro-brasileiro do português**. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. África-Brasil: caminhos da língua portuguesa. Campinas: Editora da Unicamp, p.159 -173, 2009.

PROJETO DE PESQUISA. **Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III- estudos morfossintáticos**.

RUBIO, Cássio. Florêncio. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. Tese de (doutorado) – Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, São José do Rio Preto, 393 f, 2012.

SANTOS, Eduardo Ferreira. **Aspectos da língua portuguesa em Angola**. *PAPIA*, 28(1), p. 25-49, 2018.

SILVA, Luiz Antônio da. **Cortesia e formas de tratamento**. In.: PRETI, Dino (org.) Cortesia verbal. São Paulo: Humanitas, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu, da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. **A colocação dos pronomes clíticos no português falado no português de Luanda-Angola**: um estudo sociolinguístico e sócio-histórico. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2022.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A formação da identidade linguística do português falado em Angola**: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. Revista philologus, v. 26, p. 61-78, 2020.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; SENE, Marcus Garcia; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **Notas sobre o português falado em Luanda**: Um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. MIGUILIM - REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI, v. 7, p. 337- 353, 2018.

SOUSA, De Paixão, CLARA Maria. **Linguística Histórica**. In. C. Pfeiffer e J. Horta Nunes (org.). Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento, v. 3, Campinas: Pontes, p. 11-48, 2006.

TARALLO, Fernando. **Diagnosticando uma gramática brasileira**: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: I. Roberts, M. A. Kato (Org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica - homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 69-105, 1993.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. **O pronome você no português de Luanda**. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G., MARTIN, V. lia de R. (Org.). A língua portuguesa no mundo. São Paulo: FFLCH-USP. Editora, p. 01-16, 2008.

TEIXEIRA, Ana Caroline Moura. **Os compêndios gramaticais e as questões em concursos públicos**: o caso da colocação pronominal / Ana Caroline Moura Teixeira, 2019.

TIMBANE, Alexandre, António. **Marcas da identidade cultural e linguística moçambicanas no filme virgem margarida, de Licínio Azevedo**. Revista Língua & Literatura, v. 18, n. 32, p. 64 - 87, dez. 2016.

TIMBANE, Alexandre António; FERNANDO, Mbiavanga. **A emergência da normatização das variedades do português de Angola e de Moçambique**: avanços e desafios. In: DA CÂMARA, Crisófia. Langa; TIMBANE, Alexandre. António. (Orgs.) Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique. – Itapiranga, Schreiben, p. 149- 173, 2022.

TRINDADE, Marinez Aparecida Almeida da Silva. **Uma viagem sociolinguística pelas veredas do sistema de pronomes possessivos no português falado em Luanda-Angola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2021.

UNDOLO, Márcio. **Caracterização da norma do português em Angola**. Tese de Doutorado. Universidade de Évora, 2014.

WEINREICH, URIEL; LABOV, WILLIAM; HERZOG, MARVIN. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WEINREICH, URIEL; LABOV, WILLIAM. & HERZOG, M MARVIN. **Empirical foundations for a theory of language change**. In: LEHMANN, W & MALKIEL, Y., (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

ZAU, Domingos. **A Língua Portuguesa em Angola: um Contributo para o Estudo da sua nacionalização**. Portugal. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, 2011.

ZILLES, Ana Maria. **Grammaticalization of ‘a gente’ in Brazilian Portuguese**. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, v. 8, n. 3, p. 297- 310, 2002.

ZILLES, Ana Maria; MAYA, Leonardo Z.; SILVA, Karine Q. **A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS**. *Organon*, 14, n. 28-29, p. 195-219, 2000.

ZILLES, Ana Maria. **The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese**. *Language Variation and Change*, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005.

ZILLES, Ana Maria.. **O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de *a gente*?**. *Letras de Hoje*, v. 42, p. 27-44, 2007.